#### Prefácio

Na sequência das alterações dos padrões éticos na conjugação do emprego, algumas perguntas foram actualizadas e excluídas. A partir de 1 de Novembro de 2025, é adoptada a nova versão da "Pacote de Perguntas do Exame de Avaliação para Orientadores no Serviço de Emprego".

#### Índice

Unidade 1: Lei da Actividade de Agências de Emprego	4
1.1 Perguntas Verdadeiro / Falso: 23 Itens	4
1.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única): 54 Itens	11
1.3 Perguntas de Escolha Múltipla (Múltiplas Respostas): 30 Itens	36
Unidade 2: Ética e Padrões na Conjugação do Emprego	51
2.1 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única): 30 Itens	51
Unidade 3: Leis Relacionadas com os Direitos Laborais	62
3.1 Perguntas Verdadeiro / Falso: 9 Itens	62
3.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única): 46 Itens	65
3.3 Perguntas de Escolha Múltipla (Múltiplas Respostas): 22 Itens	83

Unidade 4: Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de Acidente	es de
Trabalho e Doenças Profissionais	93
4.1 Perguntas Verdadeiro / Falso: 10 Itens	- 93
4.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única): 43 Itens	97
4.3 Perguntas de Escolha Múltipla (Múltiplas Respostas): 17 Itens	119
Unidade 5: Leis e Formalidades para a Contratação de Trabalhadores	Não
Residentes	129
5.1 Perguntas Verdadeiro / Falso: 9 Itens	129
5.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única): 54 Itens	132
5.3 Perguntas de Escolha Múltipla (Múltiplas Respostas): 20 Itens	157
Unidade 6: Lei da Protecção dos Dados Pessoais e Regulamentos Afins	166
6.1 Perguntas Verdadeiro / Falso: 5 Itens	166
6.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única): 7 Itens	168
6.3 Perguntas de Escolha Múltipla (Múltiplas Respostas): 8 Itens	171

Unidade 7: Leis e Regulamentos sobre o Combate e Repressão do Crime de To	ráfico
de Pessoas	174
7.1 Perguntas Verdadeiro / Falso: 4 Itens	174
7.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única): 11 Itens	176
7.3 Perguntas de Escolha Múltipla (Múltiplas Respostas): 5 Itens	181
Unidade 8: Regime jurídico do controlo de migração e das autorizaçõe	es de
permanência e residência na Região Administrativa Especial de Macau	183
8.1 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única): 16 Itens	183
8.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Múltiplas Respostas): 4 Itens	191

Direitos de Autor: Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

Data-Online da Presente Versão: 1 de Novembro de 2025

Unidade 1: Lei da Actividade de Agências de Emprego

1.1 Perguntas Verdadeiro / Falso

1. O período de cálculo da revisão e aprovação dos requerentes de uma licença de

actividade de agência de emprego será suspenso se forem solicitados a entregar

informações adicionais quando a documentação submetida for insuficiente.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

2. Se o titular da licença de actividade de agência de emprego for uma sociedade,

deve notificar a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais de qualquer

situação de sucessão dos sócios dentro de 60 dias a contar da data do início da

sucessão, devendo ainda apresentar o pedido de alteração de sócios no prazo de um

ano a contar da data da notificação e obter a autorização do Director da Direcção dos

Serviços para os Assuntos Laborais.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

3. Não é necessário devolver a licença original quando a alteração do titular da

licença de actividade de agência de emprego for aprovada, antes de obter a nova

licença.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

4. O dever de sigilo conforme especificado na "Lei da actividade de agências de

emprego" pode ser cedida perante as autoridades judiciais ou os funcionários da

Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais no exercício das suas funções de

fiscalização.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

5. Os titulares da licença de actividade de agência de emprego devem intervir, a

pedido do utente do serviço, e efectuar a conciliação entre empregadores e

trabalhadores na resolução de problemas resultantes de acidentes ou conflitos

decorrentes da relação de trabalho.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

6. Será aplicada uma multa até MOP 20.000 aos titulares da licença de actividade de

agência de emprego que exercerem funções de orientador no serviço de emprego

sem serem titulares de licença válida.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

7. Será aplicada uma multa até MOP25.000 aos titulares da licença de actividade de

agência de emprego que prestam serviços de apresentação de emprego a menores

sem autorização escrita dos seus representantes legais.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

8. As pessoas colectivas, mesmo que irregularmente constituídas, associações sem

personalidade jurídica e comissões especiais serão responsabilizadas pela prática das

infracções previstas na "Lei da actividade de agências de emprego" quando

cometidas pelos seus órgãos ou representantes em seu nome e no interesse

colectivo.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

9. A pessoa colectiva será responsabilizada pela prática de qualquer infracção

prevista na "Lei da actividade de agências de emprego" quando for cometida por um

agente que tiver actuado contra ordens ou instruções expressas da entidade

competente.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

10. Se o infractor for uma pessoa colectiva, respondem solidariamente com esta, os

administradores ou quem por qualquer outra forma a represente, pelo pagamento

da multa quando julgados responsáveis pela infracção.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

11. Sempre que a infracção resultar da omissão de um dever, a aplicação da sanção e

o pagamento da multa não isentam o infractor do cumprimento dos mesmos.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

12. A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais é a entidade competente pela

fiscalização do cumprimento da "Lei da actividade de agências de emprego".

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

13. A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais deve publicar no "Boletim

Oficial" da Região Administrativa Especial de Macau qualquer cancelamento da

licença de actividade de agência de emprego ou da licença da filial, sem prejuízo dos

efeitos da decisão de cancelamento da licença.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

14. A "Lei da actividade de agências de emprego" não se aplica aos serviços de

apresentação de emprego ou de recrutamento de trabalhadores que sejam gratuitos

e prestados por instituições de ensino reconhecidas pelo Governo da Região

Administrativa Especial de Macau.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

15. Os estabelecimentos de quem exerce a actividade de agências de emprego não

gratuitas devem ser instalados em propriedades imobiliárias utilizadas para fins

comerciais, fins de serviços ou de escritórios.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

16. Durante o exercício da actividade, os estabelecimentos devem ser situados em

espaço independente com entradas e saídas independentes, podendo partilhar este

espaço com sociedades que não exercem a actividade de agências de emprego.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

17. Os requerentes de licenças para a actividade de agências de emprego não

gratuitas devem prestar uma caução emitida por um banco em exploração na RAEM.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

18. Se a licença para a actividade de agências de emprego for cancelada, a caução

prestada mantém-se em vigor pelo período de um ano após o cancelamento da

mesma, devendo o titular cumprir todas as obrigações que lhe incumbe ao abrigo da

Lei da actividade de agências de emprego durante este período.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

19. Se uma agência de emprego alterar o local do estabelecimento, a nova licença só

é emitida ao seu titular após a devolução da licença original.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

20. Em caso de deterioração da licença para a actividade de agência de emprego, o

titular deve devolvê-la ao requerer a emissão de segunda via.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

21. Como os pedidos para licença para a actividade de agência de emprego e a

licença de filial são feitos desagregadamente, os pedidos para a renovação destas

licenças devem também ser apresentados separadamente.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

22. Os honorários cobrados pelos titulares da licença para a actividade de agência de

emprego aos empregadores não podem exceder 10% do valor fixado na tabela de

honorários.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

23. Os titulares da licença de para a actividade de agência de emprego devem

também ser titulares da licença de orientador no serviço de emprego.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

1.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única)

1. Nos termos da "Lei da actividade de agências de emprego", qual das seguintes

opções não se enquadra nas funções de uma "agência de emprego"?

A. Fornecimento de informações sobre o mercado de trabalho

B. Registo de elementos relativos às exigências para o exercício de um cargo, assim

como qualificações profissionais ou experiência profissional de candidatos

C. Registo de vagas de emprego

D. Correspondência entre as informações fornecidas pelos candidatos e os requisitos

para os cargos requeridos pelos empregadores, com vista à criação de relações

laborais

Resposta: C

2. Nos termos da Lei da actividade de agências de emprego", qual dos seguintes

títulos não é considerado um dos "principais titulares dos órgãos sociais"?

A. Presidente da Assembleia Geral da Associação

B. Presidente do Conselho de Administração da Fundação

C. Supervisor da Associação

D. Director-Geral da Associação

Resposta: C

3. Qual das seguintes opções não corresponde a um dos requisitos que uma pessoa

singular deve reunir para poder requerer uma licença de actividade de agência de

emprego ou a renovação desta licença?

A. Ser residente da Região Administrativa Especial de Macau

B. Ter mais de 25 anos de idade

C. Ter capacidade jurídica

D. Ter capacidade técnica e organizativa

Resposta: B

4. Qual das seguintes opções não corresponde a um dos requisitos que uma

sociedade, associação ou fundação deve reunir para poder requerer uma licença de

actividade de agência de emprego ou a renovação desta licença?

A. Ser constituída nos termos da lei

B. Ter a sede da pessoa colectiva sediada na RAEM

C. Se o requerente for uma sociedade, todos os seus administradores e sócios devem

ter idoneidade moral adequada para exercer a actividade

D. Se o requerente for uma sociedade, todos os accionistas e administradores devem

ter capacidade técnica e organizativa

Resposta: D

5. Nos termos da "Lei da actividade de agências de emprego", quais das seguintes

frases satisfaz o requisito de idoneidade moral adequada necessário para exercer a

actividade de agência de emprego?

A. Não ter sido condenado, por decisão transitado em julgado, a pena de prisão igual

ou superior a cinco anos

B. Não ter sido condenado, por decisão transitado em julgado, a pena de prisão igual

ou superior a três anos

C. Não ter sido condenado, por decisão transitado em julgado, a pena de prisão igual

ou superior a duas anos

D. Não ter sido condenado, por decisão transitado em julgado, a pena de prisão

Resposta: B

6. Qual das seguintes opções não satisfaz os requisitos para os estabelecimentos

onde se exerce a actividade de agências de emprego?

A. Os estabelecimentos devem possuir entrada e saída independentes

B. Os estabelecimentos devem partilhar os espaços de exercício da actividade de

agência comercial com outras sociedades

C. Os estabelecimentos devem ter uma área reservada para o atendimento dos

utentes

D. Os estabelecimentos devem possuir as demais condições adequadas previstas em

diplomas sobre higiene e segurança no trabalho em estabelecimentos comerciais

Resposta: B

7. Qual das seguintes opções corresponde a um dos requisitos que os

estabelecimentos comerciais onde se exerce a actividade de agência de emprego

deve reunir?

A. Devem ser instalados em propriedades imobiliárias destinadas a fins industriais

B. Devem ser instalados em propriedades imobiliárias destinadas a fins comerciais

C. Devem ser instalados em propriedades imobiliárias destinadas a fins hoteleiros

D. Devem ser instalados em propriedades imobiliárias destinadas a fins residenciais

Resposta: B

8. Qual das seguintes opções não se aplica aos pedidos para licenças da actividade de

agência de emprego caso o requerente for uma sociedade?

A. Devem apresentar o Pedido da Licença em Impresso Próprio fornecido pela

Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

B. Devem apresentar cópias dos documentos de identificação dos administradores da

sociedade e dos sócios ou accionistas

C. Devem apresentar o contrato de arrendamento da propriedade imobiliária onde

será realizada a actividade de agência de emprego

D. Devem apresentar os certificados de registo criminal dos administradores da

sociedade e dos sócios ou accionistas

Resposta: C

9. Das seguintes opções, qual deve ser a entidade beneficiária das cauções prestadas

pelos requerentes no âmbito da licença de actividade de agência de emprego?

A. A Secretaria para a Economia e Finanças

B. A Autoridade Monetária de Macau

C. A Direcção dos Serviços de Finanças

D. A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

Resposta: D

10. Qual das seguintes opções indica uma das obrigações cujo cumprimento a

prestação da caução pelos requerentes da licença de actividade de agência de

emprego visa garantir?

A. Pagamento de multas aplicadas devido a infracções administrativas

B. Devolução dos honorários cobrados, nos termos da lei

C. Cumprimento de todas as obrigações fiscais aplicáveis

D. Pagamento da taxa para a emissão da licença de actividade de agência de

emprego

Resposta: B

11. Dentro de quantos dias após a data de recepção da notificação enviada pela

Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais devem os requerentes da licença

para a actividade de agência de emprego prestar a caução?

A. 15 dias

B. 30 dias

C. 45 dias

D. 60 dias

Resposta: C

12. Qual é o prazo para a emissão das licenças de actividade de agência de emprego

não gratuita pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais aos requerentes

que reúnem todos os requisitos?

A. 30 dias a contar da data de recepção dos documentos comprovativos da caução

B. 30 dias a contar da data de recepção do pedido

C. 15 dias a contar da data de recepção dos documentos comprovativos da caução

D. 15 dias a contar da data de recepção do pedido

Resposta: C

13. Qual é o prazo para a emissão das licenças de actividade de agência de emprego

gratuita pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais aos requerentes que

reúnem todos os requisitos?

A. 30 dias a contar da data de recepção dos documentos comprovativos da caução

B. 30 dias a contar da data de recepção do pedido

C. 15 dias a contar da data de recepção dos documentos comprovativos da caução

D. 15 dias a contar da data de recepção do pedido

Resposta: B

14. Se a caução bancária for utilizada nos termos da lei, qual o prazo que os titulares

da licença têm para repor a caução, a contar da data de recepção da notificação da

Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais?

A. 15 dias

B. 30 dias

C. 45 dias

D. 60 dias

Resposta: C

15. Por quanto tempo é que a caução mantém-se em vigor, em situações de
cancelamento da licença de actividade de agências de emprego?
A. Meio ano
B. Um ano
C. Dois anos
D. Três anos
Resposta: B
16. Quantos dias antes do termo da validade das licenças da actividade de agências
de emprego devem as agências de emprego apresentar o pedido de renovação?
A. 30 a 60 dias
B. 45 a 90 dias
C. 60 a 75 dias
D. 75 a 90 dias
Resposta: B
17. Qual é o número máximo de dias antes do termo das licenças da actividade de
agências de emprego que as agências de emprego podem apresentar o pedido de
renovação sem estarem sujeitos ao pagamento do dobro da taxa de renovação da
licença?
A. 65 dias
B. 50 dias
C. 45 dias
D. 60 dias
Resposta: C

18. Qual é o prazo de validade das licenças da actividade de agências de emprego?

A. Um ano civil

B. Dois anos civis consecutivos

C. Três anos civis consecutivos

D. Quatro anos civis consecutivos

Resposta: B

19. Qual das seguintes opções aplica-se aos pedidos de renovação das licenças da

actividade de agências de emprego?

A. O pedido de renovação deve ser apresentado após o termo de validade da licença

B. O pedido de renovação deve ser apresentado no próprio dia do termo de validade

da licença

C. Será emitida uma nova licença após aprovação do pedido de renovação

D. Após aprovação do pedido de renovação, a nova licença só será emitida após o

pagamento da taxa de renovação

Resposta: D

20. Qual das seguintes alterações às licenças da actividade de agências de emprego

não carece de autorização prévia do Director da Direcção dos Serviços para os

Assuntos Laborais?

A. Falecimento do titular da licença, se este for uma pessoa singular

B. Alteração da denominação e local do estabelecimento

C. Alteração da modalidade da actividade de agência de emprego

D. Alteração do país ou território de origem dos trabalhadores não residentes a

recrutar ou a prestar o serviço de apresentação de emprego

Resposta: A

21. Qual das seguintes opções não se aplica a emissões de segunda via das licenças

da actividade de agências de emprego?

A. O titular deve requerer requerer a emissão de segunda via da licença em caso de

extravio

B. O titular deve requerer requerer a emissão de segunda via da licença em caso de

deterioração

C. O titular deve destruir a licença original se requerer a emissão de segunda via da

licença em caso de deterioração

D. A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais deve tomar uma decisão sobre

as emissões de segunda via das licenças dentro de 30 dias a contar da data de

recepção do pedido

Resposta: C

22. Dentro de quantos dias deve a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

tomar uma decisão sobre os pedidos de renovação, alteração e emissãos de segunda

via das licenças da actividade de agências de emprego a contar da data de recepção

do pedido?

A. 15 dias

B. 30 dias

C. 45 dias

D. 60 dias

Resposta: B

23. Qual é o período máximo, contínuo ou intermitente, de suspensão da licença de

actividade de agência de emprego durante o período de validade da mesma, quando

for solicitado pelo titular?

A. 60 dias

**B.** 90 dias

C. 120 dias

D. 150 dias

Resposta: B

24. Qual das seguintes opções não se aplica ao cancelamento da licença da

actividade de agência de emprego?

A. A licença é cancelada quando o titular não apresentar o pedido de renovação

antes do termo da sua validade

B. A licença é cancelada quando o titular da licença apresentar o pedido de

cancelamento da licença por escrito

C. Na ocorrência do falecimento ou extinção do titular da licença, deve esta ser

devolvida á Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais dentro do prazo de dez

dias úteis a contar da data do acontecimento

D. O cancelamento da licença não confere o direito ao reembolso das taxas pagas

Resposta: C

25. Qual das seguintes opções corresponde a um dos direitos dos herdeiros do titular

da licença da actividade de agência de emprego no caso do falecimento do titular

original?

A. Podem requerer a alteração da licença

B. Podem requerer, por escrito, a suspensão da licença

C. Podem requerer, por escrito, o cancelamento da licença

D. Podem requerer uma nova licença

Resposta: D

26. Qual das seguintes excepções aplica-se aos cancelamentos da licença da

actividade de agência de emprego?

A. A licença é cancelada quando a agência de emprego não exerce actividade no

período de 90 dias a contar da data da emissão da licença, salvo por motivo

devidamente justificado e aceite pela Direcção dos Serviços para os Assuntos

Laborais

B. A licença é cancelada quando encerrado o estabelecimento, com licença válida,

durante 90 dias interpolados, salvo por motivo devidamente justificado e aceite pela

Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

C. A licença é cancelada se forem prestadas falsas declarações, fornecidos elementos

falsos ou utilizados outros meios ilícitos para a emissão da licença, salvo por motivo

devidamente justificado e aceite pela Direcção dos Serviços para os Assuntos

Laborais

D. A licença é cancelada se o titular da licença não reúne os requisitos legalmente

previstos para a emissão ou renovação da licença, salvo por motivo devidamente

justificado e aceite pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

Resposta: B

27. Qual das seguintes opções não corresponde a um dos requisitos aplicáveis às

agências de emprego?

A. Devem ser instalados em espaço independente com entrada e saída independente

e somente destinado ao exercício da actividade de agências de emprego

B. A denominação do estabelecimento de qualquer das filiais não pode ser idêntica à

denominação indicada na licença da actividade de agências de emprego

C. Devem ter uma área reservada para o atendimento dos utentes

D. Devem reunir todas as demais condições adequadas previstas em diplomas sobre

higiene e segurança no trabalho em estabelecimentos comerciais

Resposta: B

28. Quantos dias a contar da recepção do respectivo pedido tem a Direcção dos

Serviços para os Assuntos Laborais para emitir as licenças das filiais aos requerentes

que reúnem todos os requisitos previstos na lei?

A. 20 dias

B. 30 dias

C. 40 dias

D. 50 dias

Resposta: B

.. -

29. Qual das seguintes frases aplica-se às filiais das agências de emprego?

A. Deve-se apresentar o pedido de renovação da licença de filial antes de apresentar

o pedido de renovação da licença da actividade de agências de emprego

B. Deve-se apresentar o pedido de renovação da licença de filial e o pedido de

renovação da licença da actividade de agências de emprego juntamente

C. Deve-se apresentar o pedido de renovação da licença de filial depois de apresentar

o pedido de renovação da licença da actividade de agências de emprego

D. Deve-se apresentar o pedido de renovação da licença de filial depois da aprovação

do pedido de renovação da licença da actividade de agências de emprego

Resposta: B

30. Salvo se for por motivos devidamente justificados e aceites pela DSAL, por

quantos dias consecutivos pode a filial de uma agência de emprego estar encerrada

antes da licença da actividade da agência de emprego ser cancelada?

A. 20 dias

B. 30 dias

C. 45 dias

D. 60 dias

Resposta: C

31. Salvo se for por motivos devidamente justificados e aceites pela DSAL, po
quantos dias interpolados pode a filial de uma agência de emprego estar encerrad
antes da licença da actividade da agência de emprego ser cancelada?
A. 30 dias
B. 45 dias
C. 60 dias
D. 90 dias
Resposta:
32. Se a licença da filial for cancelada, dentro de quantos dias úteis deve o titular d
licença da actividade de agência de emprego devolver a licença da filial depois d
receber a notificação da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais?
A. 10 dias úteis
B. 15 dias úteis
C. 20 dias úteis
D. 30 dias úteis
Resposta: A

33. Qual das seguintes opções não é considerada uma das obrigações dos titulares de

licenças de actividade de agências de emprego não gratuitas?

A. Devem fixar uma tabela de honorários e remetê-la à Direcção dos Serviços para os

Assuntos Laborais no prazo de três dias úteis a contar da data da sua fixação

B. Se o horário de funcionamento declarado no pedido da licença de actividade da

agência de emprego for alterada, devem notificar a Direcção dos Serviços para os

Assuntos Laborais dentro de três dias úteis a contar da data da sua alteração

C. Se a tabela de honorários for alterada, deve esta ser remetida à Direcção dos

Serviços para os Assuntos Laborais dentro de três dias úteis a contar da data da sua

alteração

D. Devem incluir o número da licença de actividade da agência de emprego e a

denominação do estabelecimento na publicação e divulgação de anúncios e

informações sobre os serviços de emprego

Resposta: B

34. Qual é a percentagem máxima da remuneração base dos trabalhadores no

primeiro mês conforme estabelecida no contrato de trabalho que os titulares das

licenças de actividade de agência de emprego não gratuitas podem cobrar como

honorários?

A. 20%

B. 30%

C. 50%

D. 60%

Resposta: C

csposta. (

Pacote de Perguntas do Exame de Avaliação para

Orientadores no Serviço de Emprego

35. Qual das seguintes opções corresponde à forma legalmente permitida para a

cobrança de honorários aos trabalhadores pelos titulares das licenças da actividade

de agência de emprego não gratuitas pela prestação dos serviços aplicáveis?

A. Os honorários só podem ser cobrados aos trabalhadores pela prestação dos

serviços por uma única vez, 60 dias após da data do início da relação de trabalho,

caso a duração da relação de trabalho seja superior a 60 dias

B. Os honorários só podem ser cobrados aos trabalhadores pela prestação dos

serviços por uma única vez na própria data do início da relação de trabalho

C. Os honorários só podem ser cobrados aos trabalhadores pela prestação dos

serviços por uma única vez, no prazo de 60 dias a contar da data da cessação da

relação de trabalho, caso a duração da relação de trabalho seja inferior a 60 dias

D. Os honorários só podem ser cobrados aos trabalhadores pela prestação dos

serviços por uma única vez, no prazo de 30 dias a contar da data da cessação da

relação de trabalho, caso a duração da relação de trabalho seja inferior a 60 dias

Resposta: A

36. Por quantos anos devem os titulares das licenças da actividade conservar os

recibos dos honorários cobrados a contar da data da emissão dos mesmos?

A. Um ano

B. Dois anos

C. Três anos

D. Quatro anos

Resposta: C

37. Quais das seguintes acções pode um titular da licença da actividade de agência

de emprego não gratuito realizar no exercício da actividade de agência de emprego?

A. Servir de intermediária para a cobrança ou pagamento de quaisquer quantias aos

trabalhadores

B. Reter os documentos de identificação ou bens do candidato a emprego ou do

trabalhador

C. Prestar serviços de apresentação de emprego a não residentes ou a trabalhadores

não residentes que permanecem na RAEM

D. Prestar serviços de apresentação de emprego a menores com autorização escrita

dos seus representantes legais

Resposta: D

38. Quais das seguintes acções pode um titular da licença da actividade de agência

de emprego gratuito realizar no exercício da actividade de agência de emprego?

A. Prestar a empregadores serviços de contratação de trabalhadores não residentes

B. Cobrar honorários aos utentes

C. Prestar serviços de apresentação de emprego a não residentes ou a trabalhadores

não residentes que permanecem na RAEM

D. Prestar serviços de apresentação de emprego a residentes locais

Resposta: D

39. Quais das seguintes hipóteses relativas à incompatibilidade está correcta?

A. Ninguém pode ser sócio, accionista ou administrador de duas agências de

emprego não gratuitas simultaneamente

B. Ninguém pode ser titular da licença, titular dos órgãos ou pessoa nomeada de

duas agências de emprego gratuitas simultaneamente

C. Ninguém pode ser titular da licença, accionista, administrador, titular dos órgãos

ou pessoa nomeada de agências de emprego gratuitas e não gratuitas

simultaneamente

D. Os orientadores no serviço de emprego podem ser simultaneamente o titular,

accionista, administrator, titular dos órgãos ou pessoa nomeada de agências de

emprego gratuitas e não gratuitas simultaneamente

Resposta: C

40. Qual das seguintes opções não corresponde a uma das funções dos orientadores

no serviço de emprego?

A. Prestação de informações sobre a legislação laboral aos utentes

B. Prestação de serviços de empréstimos a utentes

C. Prestação de correspondência entre o emprego e os utentes

D. Verificação dos mapas de registo da correspondência entre o emprego e os

utentes, bem como dos serviços

Resposta: B

41. Qual das seguintes frases sobre os orientadores no serviço de emprego está

correcta?

A. Os orientadores no serviço de emprego podem desempenhar funções em várias

agências de emprego simultaneamente

B. Os orientadores no serviço de emprego podem, conforme a situação comercial da

respectiva agência de emprego, desempenhar funções em várias das filias da mesma

agência de emprego simultaneamente

C. Os orientadores no serviço de emprego não podem ser administradores de outras

agências de emprego simultaneamente

D. Os orientadores no serviço de emprego podem ser titulares da licença da

actividade de agência de emprego noutras agências de emprego

Resposta: C

42. Qual das seguintes situações não precisa de ser comunicada, por escrito, pelos

titulares das licenças da actividade de agência de emprego de notificar à Direcção

dos Serviços para os Assuntos Laborais?

A. O início das funções de um orientador no serviço de emprego

B. O início das férias de um orientador no serviço de emprego

C. A transferência de um orientador no serviço de emprego para outro

estabelecimento do titular da licença

D. O termo das funções de um orientador no serviço de emprego

Resposta: B

43. Que tipo de serviços podem as agências de emprego prestar no caso de não

terem pelo menos uma pessoa a desempenhar as funções de orientador no serviço

de emprego?

A. Serviços de apresentação de emprego

B. Serviços de recrutamento

C. Serviços de agenciamento para os procedimentos de contratação de trabalhadores

não residentes

D. Todos os serviços supracitados

Resposta: C

44. Quais das seguintes opções não corresponde a um dos requisitos aplicáveis aos

pedidos de emissão de licenças de orientadores no serviço de emprego?

A. Os requerentes devem ser residentes da Região Administrativa Especial de Macau

B. Os requerentes devem ter capacidade para o exercício de direitos

C. Os requerentes devem ser aprovados no teste técnico profissional de orientador

no serviço de emprego organizado pela Direcção dos Serviços para os Assuntos

Laborais e obter o certificado de técnicas profissionais

D. Os requerentes não devem ter um registo criminal

Resposta: D

45. Qual dos seguintes documentos não é necessário para requerer a licença de

orientador no serviço de emprego?

A. Impresso próprio da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais devidamente

preenchido

B. Cópia do documento de identificação

C. Documentos comprovativos do cumprimento ou isenção das obrigações fiscais do

requerente emitidos pela Direcção dos Serviços de Finanças

D. Certificado de Registo Criminal

Resposta: C

46. Quais das seguintes frases aplica-se aos pedidos de renovação das licenças de

orientadores no serviço de emprego?

A. Os pedidos de renovação devem ser efectuados em período inferior a 30 dias

antes do termo do seu prazo de validade

B. Os pedidos de renovação efectuados em período inferior a 30 dias antes da data

do termo do prazo de validade da licença estão sujeitos ao pagamento do dobro da

taxa de renovação da licença

C. Os pedidos de renovação devem ser efectuados em período inferior a 90 dias

antes do termo do seu prazo de validade

D. Os pedidos de renovação efectuados em período inferior a 90 dias antes da data

do termo do prazo de validade da licença estão sujeitos ao pagamento do dobro da

taxa de renovação da licença

Resposta: B

nesposta.

47. Dentro de quantos dias a contar da data de recepção do respectivo pedido deve a
Direcção dos Serviços para os Assuntos laborais emitir ou proceder à renovação das
licenças de orientador no serviço de emprego?
A. 15 dias
B. 20 dias
C. 30 dias
D. 45 dias
Resposta: A
48. Qual é o prazo de validade, em anos civis, das licenças de orientador no serviço
de emprego?
A. Um ano civil
B. Dois anos civis
C. Três anos civis
D. Quatro anos civis
Resposta: C
49. Qual dos seguintes pedidos relativos às licenças não requer a devolução da
licença original?
A. Pedidos para a emissão de segunda via de licenças de orientador no serviço de
emprego
B. Pedidos para a alteração da modalidade da actividade da agência de emprego
C. Pedidos para a alteração dos accionistas da sociedade, caso o titular da licença seja
uma sociedade
D. Pedidos para a emissão de segunda via de licenças da actividade de agências de
emprego

Resposta: C

50. Qual é o prazo máximo, consecutivo ou interpolado, permitido para pedidos para

a suspensão de licenças de actividade de agências de emprego quando forem

apresentados pelo titular da licença?

A. 6 meses

B. 9 meses

C. 10 meses

D. 12 meses

Resposta: D

51. Qual das seguintes situações resulta no cancelamento a licença de orientador no

serviço de emprego?

A. No caso de o orientador no serviço de emprego intervir em procedimentos

relacionados com a criação ou cessação de relações de trabalho

B. No caso de o orientador no serviço de emprego não desempenhar funções de

orientador no serviço de emprego durante 180 dias consecutivos ou 360 dias

interpolados durante o prazo de validade da licença, salvo em casos devidamente

justificados e aceites pela DSAL

C. No caso de o orientador no serviço de emprego apoiar ou organizar o transporte

de utentes aos locais de trabalho

D. No caso de o orientador no serviço de emprego apoiar ou organizar o transporte

de utentes aos seus locais de origem ou outros destinos após a cessação da relação

de trabalho

Resposta: B

52. Que sanções acessórias podem ser aplicadas a orientadores no serviço de

emprego que praticam infracções administrativas, atendendo à gravidade da

infracção administrativa e ao grau de culpa do seu autor?

A. Interdição de exercer funções de orientador no serviço de emprego pelo período

de um a dois anos

B. Interdição de exercer funções de orientador no serviço de emprego pelo período

de um mês a dois anos

C. Suspensão do direito de efectuar pedidos de emissão de licenças de orientador

pelo período de um a dois anos

D. Interdição de exercer funções de orientador no serviço de emprego num

determinado estabelecimento pelo período de um mês a um ano

Resposta: B

53. Nos termos da "Lei da actividade de agências de emprego", qual das seguintes

frases sobre a Medida Cautelar está correcta?

A. A Medida Cautelar é aplicável apenas a agências de emprego com licenças válidas

B. A Medida Cautelar pode apenas ser aplicada se for provado que a agência de

emprego tiver incorrido numa ilegalidade

C. A aplicação da Medida Cautelar tem como finalidades o encerramento do

estabelecimento e a suspensão preventiva da actividade

D. A aplicação da Medida Cautelar tem como finalidade exclusiva a suspensão

preventiva da actividade

Resposta: D

- 54. Nos termos da "Lei da actividade de agências de emprego", qual das seguintes frases sobre a reincidência está correcta?
- A. Aumenta o limite mínimo e máximo das multas aplicáveis por um quarto
- B. Aumenta o limite máximo das multas aplicáveis por metade e o limite mínimo das multas aplicáveis por um quarto
- C. Aumenta o limite mínimo e máximo das multas aplicáveis por metade
- D. Aumenta o limite máximo das multas aplicáveis por um quarto e o limite mínimo das multas aplicáveis permanece inalterado

Resposta: D

1.3 Perguntas de Escolha Múltipla (Respostas Múltiplas)

1. Nos termos da "Lei da actividade de agências de emprego" que serviços podem

ser prestados pelas agências de emprego?

A. Financiamento

B. Serviços de apresentação de emprego

C. Recrutamento de trabalhadores

D. Formação profissional

Respostas: BC

2. Quais das seguintes frases sobre a actividade de agências de emprego estão

correctas?

A. Uma agência de emprego não gratuita pode cobrar honorários aos trabalhadores

não residentes após a prestação dos serviços

B. Uma agência de emprego gratuita não pode cobrar honorários aos trabalhadores

não residentes após a prestação dos serviços

C. Uma agência de emprego gratuita pode cobrar honorários aos empregadores por

mútuo acordo após a prestação dos serviços

D. Uma agência de emprego não gratuita pode cobrar honorários aos empregadores

após a prestação dos serviços

Respostas: AD

3. Nos termos da "Lei da actividade de agências de emprego", quais das seguintes

frases sobre a capacidade técnica e organizativa estão correctas?

A. Os requerentes devem estar habilitados com o ensino secundário complementar

ou superior

B. Os requerentes devem estar habilitados com o ensino secundário geral ou superior

C. Os requerentes devem ter mais de dois anos de experiência profissional na gestão

de recursos humanos e na apresentação de emprego ou em actividades relacionadas

D. Os requerentes devem ter mais de três anos de experiência profissional na gestão

de recursos humanos e na apresentação de emprego ou em actividades relacionadas

Respostas: AD

4. Em quais das seguintes situações podem as licenças da actividade de agências de

emprego ser suspensas?

A. Quando é aplicada ao titular da licença a sanção acessória de interdição do

exercício de actividade de agências de emprego

B. Quando o titular da licença encerrar o estabelecimento durante 45 dias

consecutivos durante o prazo de validade da licença

C. Quando o titular da licença não procede ao preenchimento do lugar de orientador

no serviço de emprego dentro do prazo legalmente previsto

D. Quando é aplicada ao titular da licença a medida cautelar de suspensão preventiva

da actividade

Respostas: ACD

5. Em quais das seguintes situações pode a suspensão das licenças da actividade de

agências de emprego ser cancelada?

A. Quando o prazo de suspensão da licença aplicada ao titular da licença terminar

B. Quando o titular da licença proceder ao preenchimento do lugar de orientador no

serviço de emprego

C. Quando o prazo da sanção acessória de interdição do exercício de actividade de

agências de emprego aplicada ao titular da licença terminar

D. Quando o prazo da medida cautelar de suspensão preventiva da actividade

aplicada ao titular da licença terminar

Respostas: ABCD

6. Em quais das seguintes situações podem as licenças da actividade de agências de

emprego ser canceladas?

A. Quando o titular da licença não exercer a actividade de agências de emprego no

período de 90 dias a contar da data da emissão da licença

B. Quando o titular da licença não apresenta o pedido de renovação antes do termo

da sua validade

C. Quando o titular da licença encerrar o estabelecimento durante 45 dias

consecutivos ou 90 dias interpolados dentro do prazo de validade da licença

D. Quando o titular da licença não proceder ao preenchimento do lugar de

orientador no serviço de emprego dentro do prazo legalmente previsto

Respostas: ABC

7. Em quais das seguintes situações podem as licenças da actividade de agências de

emprego ser canceladas?

A. Quando o titular da licença não repõe a caução nos termos legalmente previstos

B. Quando o titular da licença não apresentar o mapa de registo de colocação

profissional e o mapa de registo de de prestação de serviços à Direcção dos Serviços

para os Assuntos Laborais nos termos legalmente previstos

C. Quando o titular da licença prestar falsas declarações, fornecer elementos falsos

ou utilizar outros meios ilícitos para a emissão da licença

D. Quando o titular tiver uma licença que está suspensa por mais de 90 dias devido à

falta de preenchimento do lugar de orientador no serviço de emprego

Respostas: ACD

8. Quais dos seguintes documentos devem ser apresentados para os pedidos para a

emissão de uma licença de filial?

A. Impresso próprio fornecido pela DSAL, devidamente preenchido

B. Documentos comprovativos do cumprimento ou isenção das obrigações fiscais por

parte do requerente, emitidos pela Direcção dos Serviços de Finanças

C. Informação escrita do registo predial relativa ao estabelecimento que se pretende

utilizar

D. Documentação comprovativa válida emitida pelas entidades competentes do país

ou região de origem dos trabalhadores não residentes a recrutar

Respostas: AC

9. Nos termos da "Lei da actividade de agências de emprego", quais das seguintes

pessoas estão sujeitas ao cumprimento do dever de sigilo profissional sobre os

dados?

A. Os titulares das licenças

B. Os accionistas e administradores dos titulares das licenças

C. Os trabalhadores das agências de emprego

D. Os orientadores no serviço de emprego

Respostas: ABCD

10. Quais das seguintes opções demonstram um cumprimento correcto do dever de

colaboração especificado na "Lei da actividade de agências de emprego"?

A. O pessoal da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, no exercício das

funções de fiscalização e quando devidamente identificado devem ser permitidos a

aceder e permanecer nos locais e estabelecimentos sujeitos à fiscalização

B. Os titulares das licenças da actividade de agências de emprego podem recusar o

acesso e permanência do pessoal da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais,

no exercício das funções de fiscalização e devidamente identificado aos locais e

estabelecimentos sujeitos à fiscalização

C. Os titulares das licenças da actividade de agências de emprego devem, a pedido

do pessoal da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais no exercício das

funções de fiscalização e devidamente identificado, prestar depoimento e apresentar

e disponibilizar os documentos e informações relacionados com o exercício da

actividade de agências de emprego

D. Os trabalhadores de uma agência de emprego devem obter a autorização do

respectivo titular da licenças da actividade de agência de emprego antes de

prestarem depoimento e apresentarem e disponibilizarem os documentos e

informações relacionados com o exercício da actividade de agências de emprego que

lhes forem solicitados pelo pessoal da Direcção dos Serviços para os Assuntos

Laborais no exercício das funções de fiscalização e devidamente identificado

Resposta: AC

11. Quais das seguintes obrigações devem as agências de emprego cumprir no

exercício da actividade de agência de emprego?

A. Devem assegurar o funcionamento do estabelecimento, pelo menos, dentro do

horário de funcionamento declarado no pedido da licença de actividade da agência

de emprego

B. Devem afixar a licença de actividade da agência de emprego em local bem visível

da entrada do respectivo estabelecimento

C. Devem preencher mensalmente e remeter à DSAL, até ao dia 20 do mês seguinte,

o mapa de registo de colocação profissional e o mapa de registo de prestação de

serviços, com modelo aprovado por despacho do director da DSAL

D. Devem conservar o mapa de registo de prestação de serviços durante três anos

Respostas: ABCD

12. Quais dos seguintes itens devem ser afixados em local bem visível à entrada dos

estabelecimentos das agências de emprego?

A. A licença de actividade da agência de emprego

B. As licenças dos orientadores no serviço de emprego

C. A tabela de honorários

D. O mapa de registo de colocação professional

Respostas: AC

13. Quais das seguintes informações devem constar nos recibos dos honorários

cobrados pelas agências de emprego?

A. Nome ou denominação do utente

B. Número da licença de actividade da agência de emprego e denominação do

estabelecimento

C. Descrição de forma articulada dos serviços prestados e o montante

correspondente

D. Data de emissão do recibo

Respostas: ABCD

14. Quais das seguintes frases sobre a devolução ou redução dos honorários pelos

titulares das licenças da actividade de agências de emprego estão correctas?

A. Na denúncia unilateral do contrato de trabalho durante o período experimental do

utente, o titular da licença deve devolver ou reduzir, à parte denunciada, 50% dos

honorários

B. Na denúncia unilateral do contrato de trabalho durante o período experimental do

utente, o titular da licença deve devolver ou reduzir, à parte denunciada, 30% dos

honorários

C. Na impossibilidade de pedir ou de obter a autorização de permanência do não

residente na qualidade de trabalhador, o titular da licença deve devolver ou reduzir

50% dos honorários cobrados ao empregador

D. Na impossibilidade de pedir ou de obter a autorização de permanência do não

residente na qualidade de trabalhador, o titular da licença deve devolver ou reduzir

30% dos honorários cobrados ao empregador

Respostas: AC

15. Quais das seguintes situações resultam no cancelamento das licenças de

orientador no serviço de emprego?

A. Salvo em casos devidamente justificados e aceites pela DSAL, quando o titular da

licença de orientador no serviço de emprego não tiver desempenhado funções de

orientador no serviço de emprego durante 180 dias consecutivos ou 360 dias

interpolados durante o prazo de validade da licença

B. Quando o titular da licença de orientador no serviço de emprego não reunir os

requisitos exigidos para a emissão da licença

C. Quando o titular da licença de orientador no serviço de emprego não apresentar o

pedido de renovação antes do termo do prazo da sua validade

D. Quando o titular da licença de orientador falecer

Respostas: ABCD

16. A quais das seguintes infracções administrativas pode ser aplicada uma multa até

100 000 patacas?

A. O exercício da actividade de agência de emprego antes da emissão da respectiva

licença da actividade de agência de emprego

B. O exercício da actividade de agência de emprego após o termo do prazo de

validade da respectiva licença sem apresentação do pedido de renovação da mesma

C. O exercício da actividade de agência de emprego durante o período de suspensão

da licença da actividade de agência de emprego

D. O estabelecimento de uma filial para o exercício da actividade de agência de

emprego sem uma licença de filial válida

Respostas: ABCD

17. A quais das seguintes infracções administrativas pode ser aplicada uma multa até

50 000 patacas?

A. Quando o estabelecimento onde se exerce a actividade de agência de emprego

não cumpre os requisitos legalmente previstos

B. Caso o titular da licença da actividade de agência de emprego for uma sociedade,

a alteração dos accionistas ou administradores do titular sem a autorização prévia do

Director da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

C. A alteração do local do estabelecimento sem a autorização prévia do Director da

Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

D. Servir de intermediária na cobrança ou pagamento de quaisquer quantias aos

trabalhadores

Respostas: ABCD

18. A quais das seguintes infracções administrativas pode ser aplicada uma multa até

5 000 patacas?

A. A não afixação da licença de actividade da agência de emprego em local bem

visível da entrada do respectivo estabelecimento

B. A não afixação da tabela de honorários em local visível da entrada do respectivo

estabelecimento

C. A publicação ou divulgação de anúncios e informações sobre os serviços de

emprego sem o o número da licença de actividade da agência de emprego e a

denominação do estabelecimento, nos termos legalmente previstos

D. A não comunicação à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais do início das

funções do orientador no serviço de emprego

Respostas: ABCD

19. A quais das seguintes infracções administrativas pode ser aplicada uma multa até

2 000 patacas?

A. A não conservação do mapa de registo de prestação de serviços de acordo com os

termos legalmente previstos

B. A não apresentação do mapa de registo de colocação profissional e do mapa de

registo de prestação de à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais dentro do

prazo legalmente previsto

C. A não comunicação à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais de

alterações ao horário de funcionamento dentro do prazo legalmente previsto

D. A não emissão dos recibos dos honorários cobrados aos utentes nos termos

legalmente previstos

Respostas: ABCD

20. Quais das seguintes sanções acessórias podem ser aplicadas a agências de

emprego que cometerem infracções administrativas, atendendo à gravidade da

infracção administrativa e ao grau de culpa do seu autor?

A. Encerramento do estabelecimento por um período de um mes a um ano

B. Interdição da prestação de serviços a não residentes provenientes de certos países

C. Interdição do exercício da actividade de agências de emprego, pelo período de um

mês a dois anos

D. Interdição da prestação de qualquer serviço não-gratuito

Respostas: AC

21. Quais dos seguintes endereços podem ser utilizados para receber as notificações

enviadas pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais aos notificandos por

carta registada sem aviso de recepção?

A. O endereço de contacto indicado pelo próprio notificando

B. Se o notificando for residente da Região Administrativa Especial de Macau, as

notificações serão enviadas para a última residência constante do arquivo da

Direcção dos Serviços de Identificação

C. Se o notificando for uma pessoa colectiva com sede ou representação permanente

na Região Administrativa Especial de Macau, as notificações serão enviadas para a

última sede constante dos arquivos da Direcção dos Serviços de Identificação e da

Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis

D. O endereço de correspondência indicado por um amigo do notificando

Respostas: ABC

22. Quais das seguintes informações sobre as licenças da actividade de agências de

emprego devem ser publicadas e actualizadas pela Direcção dos Serviços para os

Assuntos Laborais através de meios informáticos?

A. As listas das licenças de actividade de agências de emprego e das licenças de filiais

B. Os números das licenças de actividade de agências de emprego e das licenças de

filiais

C. Os prazos de validade das licenças da actividade de agências de emprego

D. Informações sobre as licenças da actividade de agências de emprego,

nomeadamente decisões sobre suspensões, medidas cautelares ou sanções

acessórias

Respostas: ABCD

23. Quais das seguintes opções são serviços que se enquadram na actividade de

agências de emprego?

A. Recrutamento de trabalhadores não residentes

B. Apresentação

C. Intervir, a pedido dos utentes do serviço, e efectuar a conciliação entre

empregadores e trabalhadores na resolução de problemas

D. Recrutamento de trabalhadores

Respostas: BD

24. A quais das seguintes entidades podem as licenças da actividade de agências de

emprego ser emitidas e renovadas desde que sejam cumpridos todos os requisitos

previstos na "Lei da actividade de agências de emprego"?

A. Pessoas singulares

B. Sociedades

C. Associações

D. Fundações

Respostas: ABCD

25. Em quais das seguintes línguas ou combinações de línguas podem as

denominações dos estabelecimentos onde se exerce a actividade de agências de

emprego ser expressas?

A. Em chinês

B. Em chinês e português

C. Em chinês e inglês

D. Em português e inglês

Respostas: ABCD

26. Quais dos seguintes documentos devem ser apresentados nos pedidos de

renovação da licença da actividade de agências de emprego, caso o requerente for

uma pessoa singular?

A. Certificado de Registo Criminal

B. Documentos comprovativos do cumprimento ou isenção das obrigações fiscais por

parte do requerente, emitidos pela Direcção dos Serviços de Finanças

C. Cópia do curriculum vitae onde constam as habilitações académicas e experiências

profissional do requerente, assim como cópias dos documentos comprovativos

D. Relatório escrito sobre as propriedades imobiliárias onde vão ser situadas os

estabelecimentos

Respostas: AB

27. Sobre quais dos seguintes serviços prestados pelos titulares das licenças da

actividade de agências de emprego não gratuitas podem ser cobrados honorários aos

utentes?

A. Serviços relacionados com a actividade de agências de emprego

B. Serviços de apoio necessários para a criação e cessação da relação de trabalho, a

pedido dos utentes dos serviços

C. Apoio e organização da deslocação dos trabalhadores ao local de trabalho, a

pedido dos utentes dos serviços

D. Apoio e organização do repatriamento dos trabalhadores, na cessação das

relações de trabalho, ou na deslocação a outros destinos, a pedido dos utentes dos

serviços

Respostas: ABCD

28. Quais das seguintes condutas são interditas às agências de emprego no exercício

da sua actividade?

A. Servir de intermediárias na cobrança ou pagamento de quaisquer quantias aos

trabalhadores

B. Fornecer ou divulgar falsas informações sobre o emprego ou com conteúdo de

natureza discriminatória

C. Prestar serviços de apresentação de emprego a menores

D. Reter os documentos de identificação ou bens dos candidatos a emprego ou dos

trabalhadores

Respostas: ABD

29. Nos termos da "Lei da actividade de agências de emprego", quais são os factores

que devem ser tidos em consideração para uma aplicação adequada das sanções

acessórias?

A. O caracter moral do autor da infração administrativa

B. A gravidade da infracção administrativa

C. O grau de culpa do autor da infracção administrativa

D. A disposição de admissão de culpa do autor da infracção administrativa

Respostas: BC

30. Quais dos seguintes pedidos estão sujeitos ao pagamento de uma taxa?

A. Emissões, renovações e emissões de segunda via de licenças da actividade de

agências de emprego não gratuitas e das filiais

B. Alterações das licenças da actividade de agências de emprego não gratuitas e das

filiais

C. Emissões, renovações e emissões de segunda via de licenças de orientadores no

serviço de emprego

D. Pedidos de suspensão de licenças da actividade de agências de emprego

Repostas: ABC

# Unidade 2: Ética e Padrões na Conjugação do Emprego

#### 2.1 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única)

- 1. Qual é o objectivo nuclear dos serviços de emprego?
- A. Reduzir os custos de mão-de-obra para as empresas
- B. Promover a alocação eficaz de recursos humanos
- C. Dar prioridade ao acesso ao emprego dos grupos vulneráveis
- D. Decidir em substituição do empregador

Resposta: B

- 2. Que papel fundamental é que os serviços de emprego desempenham entre os candidatos a emprego e os empregadores?
- A. Administrador
- B. Financiador
- C. Ponte de ligação
- D. Fiscalizador

Resposta: C

3. Qual é a característica correcta dos serviços de emprego prestados pela DSAL?

A. Cobrar taxas de serviço às empresas

B. Focar-se no pedido para contratação de trabalhadores não residentes para

empresas

C. Prestar gratuitamente serviços de emparelhamento de emprego aos residentes e

empregadores de Macau

D. Prestar serviços a determinados sectores

Resposta: C

4. Qual é a lei que deve ser seguida quando presta os serviços de emprego?

A. Lei das relações de trabalho

B. Lei da actividade de agências de emprego

C. Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais

D. Todas as respostas anteriores estão correctas.

Resposta: D

5. Que função nuclear dos serviços de emprego é que o objectivo de "colocar as

pessoas certas nos lugares certos" reflecte principalmente?

A. Supervisão do mercado

B. Formação profissional

C. Emparelhamento eficaz

D. Formulação de políticas

Resposta: C

6. Geralmente, o que o orientador de serviços de emprego faz em primeiro lugar

quando presta os serviços de emprego a um candidato a emprego?

A. Recomenda directamente o posto de trabalho

B. Conhece a experiência de trabalho, especialidade e competências do candidato

C. Oferece informações salariais do sector

D. Organiza entrevista

Resposta: B

7. Para garantir os direitos e interesses dos candidatos a emprego, que princípio

devem os serviços de emprego seguir?

A. Eficiência em primeiro lugar

B. Igualdade e antidiscriminação

C. Relação custo-eficácia

D. Concorrência livre

Resposta: B

8. As informações mais recentes do mercado que o orientador de serviços de

emprego precisa de saber não incluem:

A. A procura de recursos humanos no mercado de emprego

B. Os níveis salariais nos sectores

C. A situação financeira interna da empresa

D. A política e o plano de desenvolvimento

Resposta: C

- 9. Os serviços prestados pelas agências de emprego privadas e remuneradas tendem, geralmente, a:
- A. Prestar apoio gratuito aos grupos vulneráveis
- B. Encontrar candidatos a emprego de acordo com as necessidades da empresa
- C. Realizar feiras de emprego de grande escala
- D. Formular leis e regulamentos laborais

Resposta: B

- 10. Qual é o objectivo da "explicação activa e informação transparente"?
- A. Aumentar a complexidade dos processos de serviço
- B. Permitir aos utilizadores de serviço fazer escolhas totalmente informadas
- C. Limitar o âmbito de escolhas dos candidatos a emprego
- D. Aumentar as taxas de serviços

Resposta: B

- 11. Qual é o princípio principal de contratação de trabalhadores não residentes?
- A. Minimização de custos
- B. Complementaridade e temporalidade
- C. Simplificação de processos
- D. Maximização de quantidade

Resposta: B

12. A garantia de "igualdade de remuneração entre trabalho igual ou de valor igual" é

para atingir qual dos seguintes princípios?

A. Princípio de complementaridade

B. Igualdade de salário

C. Princípio de temporalidade

D. Autorização prévia

Resposta: B

13. Qual das seguintes instituições de serviços se concentra geralmente em prestar

os serviços de emprego aos grupos específicos (como pessoas com deficiência,

jovens)?

A. Serviços e entidades públicos

B. Agências de emprego privadas e remuneradas

C. Agências de emprego gratuitas

D. Headhunters

Resposta: C

14. Qual das seguintes opções não está incluída no valor global dos serviços de

emprego para a sociedade?

A. Reduzir a taxa de desemprego

B. Aumentar a produtividade global da sociedade

C. Garantir o crescimento da riqueza dos candidatos a emprego

D. Promover o equilíbrio entre a oferta e a procura de recursos humanos

Resposta: C

15. O orientador de serviços de emprego deve observar estreitamente o princípio de

igualdade e antidiscriminação aquando da prestação de serviços. Este princípio

proíbe principalmente a discriminação com base em qual dos seguintes factores?

A. Habilitação académica

B. Experiência de trabalho

C. Anos de idade

D. Aptidão profissional

Resposta: C

16. De acordo com os princípios de contratação de trabalhadores não residentes, o

que se deve fazer na respectiva contratação?

A. Contratação livre, sem estar sujeita à apreciação e aprovação

B. Deve obter a autorização prévia

C. É necessário apenas o registo posterior

D. É determinada pelo próprio empregador

Resposta: B

17. Qual é a lei que deve ser cumprida em primeiro lugar para garantir a segurança

da informação aquando do tratamento dos dados pessoais de candidatos a emprego

por motivo da prestação de serviços de emprego?

"Lei da actividade de agências de emprego" Α.

"Lei da Protecção de Dados Pessoais" В.

"Lei das relações de trabalho" C.

"Salário mínimo para os trabalhadores" D.

Resposta: B

18. Qual é o objectivo principal da divulgação de ofertas de emprego pelos serviços e

entidades públicos através da plataforma Conta Única de Macau?

A. Aumento do erário público

B. Aumento dos canais de divulgação de informação para promover o

emparelhamento de emprego

C. Substituição das agências de emprego privadas

D. Recolha dos dados de privacidade pessoal

Resposta: B

19. Qual é o factor correcto que o orientador de serviços de emprego deve

considerar quando recomenda empregos aos candidatos?

A. Aparência do candidato a emprego

B. Qualificações, experiências, e objectivo de desenvolvimento do candidato a

emprego

C. Contexto familiar do candidato a emprego

D. Preferência pessoal do empregador

Resposta: B

20. O espírito central de "garantir uma remuneração razoável" nos serviços de

emprego é garantir que os candidatos a emprego possam obter o quê?

A. O salário acima da média de mercado

B. O rendimento que corresponde às expectativas da família

C. A retribuição proporcional ao valor do trabalho realizado

D. O direito de negociar livremente o salário com o empregador

Resposta: C

21. Que objectivo é que os serviços de emprego podem ajudar as empresas a atingir?

A. Estabilizar a operação e dar apoio ao desenvolvimento empresarial

B. Alcançar a produção totalmente automatizada

C. Monopolizar o mercado

D. Reduzir as despesas fiscais

Resposta: A

22. Para os candidatos a emprego, o objectivo final dos serviços de emprego é

ajudá-los a:

A. Elevar a eficiência de emprego e concretizar a valorização pessoal

B. Tornar-se imediatamente um administrador da empresa

C. Receber a assistência ao desemprego

D. Evitar a frequência de qualquer formação profissional

Resposta: A

23. De acordo com os princípios de contratação de trabalhadores não residentes,

qual é o ponto de partida mais fundamental?

A. Reduzir os custos de mão-de-obra da empresa

B. Suprir a inexistência de trabalhadores locais

C. Promover o intercâmbio cultural a nível internacional

D. Simplificar os procedimentos de recrutamento das empresas

Resposta: B

24. Qual é a lei que deve ser cumprida aquando do tratamento dos dados pessoais de candidatos a emprego por motivo da prestação de serviços de emprego?

A. Lei da Protecção de Dados Pessoais

B. Lei de Marcas

C. Lei de Patentes

D. Lei aduaneira

Resposta: A

25. Fornecer aconselhamento sobre "métodos de recrutamento eficazes" aos empregadores enquadra-se em que trabalhos específicos dos serviços de emprego?

A. Formação profissional

B. Supervisão do mercado

C. Serviços de recrutamento

D. Processo judicial

Resposta: C

26. Qual é a característica dos serviços de emprego prestados pelas agências de emprego gratuitas?

A. Tomar o lucro como objectivo principal

B. Prestar encaminhamento profissional e apoios direccionados

C. Focar-se no recrutamento de líderes para empresas multinacionais

D. Não se sujeitar a quaisquer leis ou regulamentos

Reposta: B

27. Uma agência de emprego é especializada em ajudar as empresas a recrutarem

trabalhadores não residentes, qual é a premissa principal destes serviços?

A. As empresas esperam substituir completamente os trabalhadores locais por não

residentes

B. Suprir temporariamente a inexistência de trabalhadores locais aptos a prestar

trabalho

C. Dado que é baixo o custo de contratação de trabalhadores não residentes

D. Ajudar as empresas a contornar as leis e regulamentos locais na área laboral

Resposta: B

28. Que princípio é que a "garantia de prioridade absoluta aos trabalhadores locais

na contratação e na manutenção do emprego" reflecte?

A. Princípio de igualdade

B. Princípio de prioridade

C. Princípio de temporalidade

D. Princípio de complementaridade

Resposta: B

29. Qual é a influência positiva principal de serviços de emprego para a sociedade

através da redução de taxa de desemprego?

A. Agravar os conflitos sociais

B. Aumentar a estabilidade social e a produtividade

C. Levar a uma diminuição dos salários

D. Reduzir a rotatividade de recursos humanos

Resposta: B

- 30. Qual é o objectivo final de todo o processo de serviços de emprego?
- A. Atender unilateralmente às necessidades do empregador
- B. Alcançar um resultado win-win para as três partes: candidatos a emprego, empregadores e sociedade
- C. Cumprir a tarefa do indicador mandada pelo Governo
- D. Maximizar o lucro das instituições de serviços

Resposta: B

**Unidade 3: Leis Relacionadas com os Direitos Laborais** 

3.1 Verdadeiro ou Falso

1. Associações sem personalidade jurídica ou comissões especiais são

responsabilizadas por violações da "Lei das Relações de Trabalho."

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

2. As condições de trabalho reguladoras das relações de trabalho são estabelecidas

por normas legais imperativas gerais ou específicas do sector de actividade em causa,

por regulamentos de empresa e pelo contrato de trabalho.

Verdadeiro.

Falso.

Reposta: Verdadeiro.

3. Os contratos de trabalho devem incluir um período experimental para que ambas

as partes possam apreciar o interesse na manutenção da relação de trabalho no seu

decurso.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

4. Na falta de declaração escrita das partes em contrário, o contrato a termo certo

cessa no final do termo estipulado, não havendo renovação automática do mesmo.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro.

5. Os contratos a termo incerto dura o tempo necessário à conclusão do seu objecto,

podendo exceder dois anos.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

6. O período de faltas justificadas é contada para efeitos de antiguidade dos

trabalhadores.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

7. Nos termos da "Lei das Relações de Trabalho", trabalhadoras têm direito a 70 dias

de licença de maternidade, das quais 63 dias devem ser gozadas imediatamente após

o parto, podendo os restantes serem gozados por decisão da trabalhadora, total ou

parcialmente, antes ou depois do parto.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

8. A resolução do contrato de trabalho pode ocorrer, com ou sem justa causa, por
iniciativa do empregador ou do trabalhador, devendo, no entanto, a parte que decidir
por termo à relação de trabalho obter a autorização escrita da outra parte.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

9. O período máximo do período experimental não pode, em qualquer situação, exceder 90 dias

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

3.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única)

1. Qual das seguintes opções não corresponde a um dos deveres do empregador?

A. Fornecimento de refeições aos trabalhadores

B. Manutenção de registos actualizados dos dados de cada trabalhador

C. Indemnização dos trabalhadores, ao abrigo da respectiva legislação, dos prejuízos

resultantes de acidentes de trabalho e doenças profissionais

D. Adopção de medidas adequadas para elevar o nível de capacidade produtiva do

trabalhador

Resposta: A

2. A capacidade para a celebração de contratos de trabalho regula-se nos termos da

lei geral. Qual é a idade que uma pessoa deve perfazer para poder celebrar um

contrato de trabalho?

A. Quinze anos

B. Dezoito anos

C. Dezassete anos

D. Dezasseis anos

Resposta: D

3. Caso um empregador não pagar uma remuneração (como o salário) devida a um

trabalhador e desta situação resultar um direito de crédito na relação de trabalho,

qual das seguintes opções indica a entidade ou serviço que deve assegurar o o

pagamento dos créditos decorrentes da relação de trabalho nos termos legais,

ficando-se sub-rogado nos respectivos direitos do trabalhador?

A. O Fundo de Pensões

B. O Regime de Previdência Central Não Obrigatório

C. O Fundo de Garantia de Créditos Laborais

D. A Fundação Macau

Resposta: C

4. Os empregadores têm o dever de pagar aos trabalhadores a remuneração de base

regular e tempestivamente. Dentro de quantos dias a contar do vencimento da

obrigação de pagamento deve a remuneração de base ser paga?

A. Sete dias úteis

B. Oito dias úteis

C. Nove dias úteis

D. Dez dias úteis

Resposta: C

5. É apenas legalmente permitido aos empregadores compensar a remuneração em

dívida com créditos que tenha sobre os trabalhadores e fazer descontos na

remuneração destes em certas situações. Qual das seguintes opções não é uma das

situações permitidas por lei?

A. Descontos às contribuições para o Fundo de Segurança Social

B. Descontos a remunerações perdidas por faltas ao trabalho

C. Descontos determinados por lei ou por decisão judicial transitada em julgado

D. Descontos resultantes de dívidas privadas, no caso de o trabalhador reivindicar um

direito de crédito contra o empregador

Resposta: D

6. Qual das seguintes opções não se enquadra como uma forma de remuneração

numa relação de trabalho?

A. Subsídio de doença

B. Remuneração variável

C. 13.º mês do salário

D. Salário de base

Resposta: A

7. As férias anuais devem ser gozadas no ano civil em que se vencem. No entanto,

qual é o período máximo que as férias anuais podem ser acumuladas, mediante

acordo das partes?

A. Um ano e meio

B. Dois anos

C. Dois anos e meio

D. Três anos

Resposta: B

8. Qual das seguintes opções não é considerada um falta justificada?

A. Faltas por motivo de casamento, durante seis dias úteis consecutivos

B. Faltas por motivo de adopção, durante dois dias úteis

C. Faltas por motivo de acidente de trabalho ou doença profissional

D. Faltas por motivo de aborto voluntário após uma gravidez

Resposta: D

9. Qual é o número máximo de vezes que um contrato de trabalho a termo certo

celebrado entre um empregador e trabalhador pode ser renovado, caso for contrato

sujeito a renovação?

A. Uma vez

B. Duas vezes

C. Três vezes

D. Quatro vezes

Resposta: B

10. Qual das seguintes opções não é um feriado obrigatório?

A. O Dia de Finados (Ching Ming)

B. Culto dos Antepassados (Chong Yeong)

C. Dia de Estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau

D. Festival do Barco do Dragão

Resposta: D

11. Como devem ser fixadas as férias anuais de um trabalhador na falta de acordo

entre as partes?

A. Pelo empregador, tendo em conta as exigências do funcionamento da empresa

B. Pelo trabalhador, tendo em conta as suas próprias necessidades

C. De acordo com a data indicada no bilhete do voo marcado pelo trabalhador

D. Nenhuma das opções indicadas acima é válida

Resposta: A

12. Se um empregador, por facto que lhe seja imputável, obstar um trabalhador de

gozar as suas férias anuais, deve-lhe compensar com quantas vezes o valor da

remuneração de base correspondente ao período de férias anuais não gozadas?

A. Três vezes

B. Duas vezes

C. Uma vez

D. Quatro vezes

Resposta: A

13. Qual das seguintes opções não corresponde a um dos direitos garantidos a

trabalhadoras?

A. A trabalhadora não pode ser incumbida de desempenhar tarefas desaconselháveis

ao seu estado durante a gravidez e nos três meses após o parto

B. O empregador não pode cessar a relação de trabalho com uma trabalhadora

durante a gravidez ou três meses após o parto, salvo se as partes tiverem celebrado

um contrato de trabalho a termo certo

C. Em caso de morte de nado-vivo durante o período de licença de maternidade, a

licença de maternidade, a licença é prolongada até dez dias após o falecimento

daquele, garantindo que a trabalhadora goza, no mínimo, um total de setenta dias de

licença de maternidade

D. O prazo e a forma de pagamento da remuneração no decurso da licença de

maternidade são iguais aos do período de trabalho normal da trabalhadora

Resposta: B

14. Qual das seguintes regras sobre a revogação dos contratos de trabalho está

errada?

A. O empregador e o trabalhador podem fazer cessar o contrato de trabalho por

mútuo acordo

B. O acordo de revogação do contrato de trabalho deve constar de documento

escrito, donde conste a data da sua celebração e a de início da produção de efeitos

C. A acordo de revogação não carece de qualquer aviso prévio, não sendo devido

qualquer compensação, podendo ser estipulado previamente no contrato de

trabalho

D. O processo de revogação pode ser iniciado pelo empregador ou pelo trabalhador

Resposta: C

15. Qual das seguintes situações não cessa o contrato de trabalho por caducidade?

A. No termo do prazo fixado nos contratos de trabalho de termo fixo

B. Na conclusão do objecto estabelecido nos contratos de trabalho a termo incerto

C. Impossibilidade superveniente do trabalhador prestar o trabalho, nomeadamente

por motivos de doença permanente ou invalidez

D. Insatisfação por parte do empregador com o desempenho do empregador das

suas funções

Resposta: D

16. Durante quantos anos devem os empregadores conservar os dados dos seus

trabalhadores após a cessação da relação de trabalho?

A. Um ano

B. Dois anos

C. Três anos

D. Cinco anos

Resposta: C

17. Qual das seguintes situações não é considerada uma falta justificada nos termos

da "Lei das Relações de Trabalho"?

A. Faltas por falecimento do cônjuge ou de parente ou afim no 1.º grau da linha recta

B. Faltas por necessidade de prestação de assistência inadiável a membros de

agregados familiares,

C. Faltas por doença contraída devido a gravidez, parto ou aborto involuntário

D. Faltas para ir viajar no estrangeiro com um bom amigo

Resposta: D

18. Nos termos da "Lei das Relações de Trabalho", quantos dias de remuneração tem um trabalhador que tenha completado o período experimental direito por faltas devidas a doença ou acidente?

A. Seis dias

B. Sete dias

C. Oito dias

D. Nove dias

Resposta: A

19. Qual das seguintes alterações podem ser realizadas nos contratos de trabalho sem o consentimento dos trabalhadores?

A. Aumentos à remuneração dos trabalhadores

B. Alterações aos horários dos trabalhadores

C. Alterações aos cargos dos trabalhadores

D. Alterações ao locais de trabalho

Resposta: A

20. Qual das seguintes opções corresponde à denúncia do contrato de trabalho?

A. Cessação da relação de trabalho durante o período de licença de maternidade

B. Cessação da relação de trabalho durante as faltas por doença

C. Cessação da relação de trabalho após o período experimental

D. Cessação da relação de trabalho durante o período experimental

Resposta: D

21. Em qual das seguintes situações pode um contrato de trabalho ser cessado sem

aviso prévio?

A. Quando o empregador por termo à relação de trabalho por justa causa

B. Quando o trabalhador por termo à relação de trabalho por justa causa

C. Quando a justa causa invocada pelo trabalhador for infundada, considerando-se

consequentemente a resolução do contrato sem justa causa

D. Quando o contrato de trabalho caducar, pondo termo à relação de trabalho

Resposta: C

22. Qual é o método utilizado para calcular o pagamento do 13.º mês ou outras

prestações periódicas de natureza semelhante após a cessação da relação de

trabalho?

A. Calculado proporcionalmente conforme o período de trabalho prestado

B. O 13.º mês deve ser pago se a relação de trabalho tiver durado mais de meio ano

C. Por decisão unilateral do empregador

D. Por mútuo acordo

Resposta: A

23. Qual das seguintes frases sobre a licença de maternidade está correcta?

A. A licença de maternidade deve ser calculada consecutivamente, incluindo dias dias

de descanso semanais e feriados obrigatórios

B. Deve excluir os dias de descanso semanais e feriados obrigatórios

C. Deve incluir apenas os dias de descanso

D. Deve incluir apenas os feriados obrigatórios

Resposta: A

24. Que tipo de compensação é devida a uma trabalhadora no caso da resolução do

contrato de trabalho sem justa causa?

A. Para além da indemnização pela resolução do contrato, o empregador deve pagar

uma compensação adicional equivalente a 70 dias de remuneração de base

B. Não é devida qualquer outra compensação adicional para além da indemnização

pela resolução do contrato

C. A. Para além da indemnização pela resolução do contrato, o empregador deve

pagar uma compensação adicional equivalente a 56 dias de remuneração de base

D. Não é devida qualquer compensação

Resposta: A

25. Quantos dias da licença de maternidade pode uma trabalhadora gozar antes do

parto?

A. Cinco dias

B. Seis dias

C. Sete dias

D. Oito dias

Resposta: C

26. Com quantos dias de antecedência mínima deve uma trabalhadora notificar o

empregador que pretende gozar parte da licença de maternidade antes parto?

A. Pelo menos três dias de antecedência mínima

B. Pelo menos quatro dias de antecedência mínima

C. Pelo menos cinco dias de antecedência mínima

D. Pelo menos sete dias de antecedência mínima

Resposta: C

27. Quantos dias de licença de maternidade pode uma trabalhadora gozar após o

parto?

A. 70 dias de licença de maternidade, dos quais 63 são gozados obrigatoriamente

após o parto

B. 56 dias de licença de maternidade, dos quais 49 são gozados obrigatoriamente

após o parto

C. 60 dias de licença de maternidade, dos quais 53 são gozados obrigatoriamente

após o parto

D. 70 dias de licença de maternidade, dos quais todos são gozados obrigatoriamente

após o parto

Resposta: A

28. Qual dos seguintes requisitos deve ser preenchido antes de se poder receber

retribuição durante a licença de maternidade?

A. A duração da relação de trabalho não pode ser superior a um ano à data do parto

ou durante o período da licença da maternidade

B. A duração da relação de trabalho deve ser superior a seis meses à data do parto

ou durante o período da licença de maternidade

C. Deve-se pagar toda a remuneração devida à trabalhadora durante a licença de

maternidade

D. A duração da relação de trabalho deve ser superior a seis meses à data do parto

ou durante o período da licença de maternidade

Resposta: D

29. Quantos dias de licença de paternidade têm os trabalhadores que se tornam pai?

A. Três dias úteis

B. Quatro dias úteis

C. Cinco dias úteis

D. Seis dias úteis

Resposta: C

30. Qual é a maneira correcta para lidar com períodos de licença de maternidade de

trabalhadoras não-residentes que terminam após a caducidade do contrat ode

trabalho?

A. O contrato cessa devido a caducidade. A licença de maternidade pode ser gozada

até ao termo do contrato

B. O contrato cessa devido a caducidade. O período da licença de maternidade

remanescente pode ser gozada

C. O contrato cessa devido a caducidade. A remuneração equivalente ao período da

licença de maternidade remanescente deve ser deduzida

D. O contrato não pode ser cessado. O período da licença de maternidade

remanescente pode ainda ser gozado.

Resposta: A

31. Qual das seguintes frases sobre a licença de maternidade para trabalhadoras não

residentes está correcta?

A. Trabalhadoras não residentes têm também direito à licença de maternidade

B. Trabalhadoras não residentes não têm direito à licença de maternidade

C. Trabalhadoras não residentes têm direito a metade da licença da maternidade

D. Trabalhadoras não residentes cuja relação de trabalho não tenha duração superior

a um ano não têm direito à licença de maternidade

Resposta: A

32. Dentro de quantos dias deve o descanso compensatório ser fixado após a

prestação de trabalho em dia de feriado obrigatório?

A. O descanso compensatório deve ser fixado dentro de 3 dias

B. O descanso compensatório deve ser fixado dentro de 15 dias

C. O descanso compensatório deve ser fixado dentro de 30 dias

D. O descanso compensatório deve ser fixado dentro de três meses

Resposta: D

33. Dentro de quantos dias deve o descanso compensatório ser fixado após a

prestação de trabalho em dia de descanso?

A. O descanso compensatório deve ser fixado dentro de 3 dias

B. O descanso compensatório deve ser fixado dentro de 15 dias

C. O descanso compensatório deve ser fixado dentro de 30 dias

D. O descanso compensatório deve ser fixado dentro de 3 meses

Resposta: C

34. Como se deve proceder se um feriado obrigatório coincidir sobre o período de

descanso semanal?

A. Os dias coincidentes devem ser considerados feriados obrigatórios, devendo se

fixar um dia de descanso compensatório dentro de 30 dias

B. Os dias coincidentes devem ser considerados feriados obrigatórios, devendo se

fixar um dia de descanso compensatório dentro de 3 meses

C. Não é necessário fixar qualquer descanso compensatório

D. O empregador deve fixar dois dias de descanso compensatório

Resposta: A

35. Como deve ser calculado o descanso compensatório para um trabalhador que

prestou trabalho durante um feriado obrigatório, contudo completou apenas parte

do período de trabalho por motivos pessoais?

A. O descanso compensatório deve ser calculado proporcionalmente ao número de

horas de trabalho prestado

B. O descanso compensatório deve ser calculado com base num dia inteiro de

trabalho

C. O descanso compensatório deve ser calculado com base em meio dia de trabalho

D. Não é devida qualquer compensação

Resposta: A

36. Em que dia é que a Lei do Salário Mínimo dos Trabalhadores entrou em vigor?

A. 1 de Novembro de 2020

B. 26 de Maio de 2020

C. 1 de Janeiro de 2020

D. 1 de Janeiro de 2009

Resposta: A

37. Qual é o valor do salário mínimo, para remunerações calculadas ao mês, fixado
na Lei do Salário Mínimo dos Trabalhadores?
A. MOP 7.072 por mês
B. MOP 6.656 por mês
C. MOP 5.547 por mês
D. MOP 5.200 por mês.
Reposta: A
38. Qual é o valor do salário mínimo, para remunerações calculadas à hora, fixado na
Lei do Salário Mínimo dos Trabalhadores?
A. MOP 34 por hora
B. MOP 30 por hora
C. MOP 28 por hora
D. MOP 25 por hora
Resposta: A
39. Qual é o valor do salário mínimo, para remunerações calculadas ao dia, fixado na
Lei do Salário Mínimo dos Trabalhadores?
A. MOP 272 por dia
B. MOP 230 por dia
C. MOP 280 por dia
D. MOP 240 por dia
Resposta: A

40. Qual é o valor do salário mínimo, para remunerações calculadas à semana, fixado

na Lei do Salário Mínimo dos Trabalhadores?

A. MOP 1.632 por semana

B. MOP 1.500 por semana

C. MOP 1.200 por semana

D. MOP 1.356 por semana

Resposta: A

41. Qual é o valor do salário mínimo, para remunerações calculadas segundo o

resultado efectivamente produzido, fixado na Lei do Salário Mínimo dos

Trabalhadores?

A. MOP 34 em média por hora

B. MOP 30 em média por hora

C. MOP 28 em média por hora

D. MOP 25 em média por hora

Resposta: A

42. Qual é o valor do salário mínimo, para remunerações calculadas segundo o

resultado efectivamente produzido conjugado com a forma por mês, fixado na Lei do

Salário Mínimo dos Trabalhadores?

A. Não inferior a MOP 7.072 por mês

B. Não inferior a MOP 1.536 por semana

C. Não inferior a MOP 256 por dia

D. Não inferior a MOP 32 por hora

Resposta: A

43. Qual é o valor do salário mínimo, para remunerações calculadas segundo o

resultado efectivamente produzido conjugado com a forma por semana, fixado na Lei

do Salário Mínimo dos Trabalhadores?

A. Não inferior a MOP 6.656 por mês

B. Não inferior a MOP 1.632 por semana

C. Não inferior a MOP 256 por dia

D. Não inferior a MOP 32 por hora

Resposta: B

44. Qual é o valor do salário mínimo, para remunerações calculadas segundo o

resultado efectivamente produzido conjugado com a forma por dia, fixado na Lei do

Salário Mínimo dos Trabalhadores?

A. Não inferior a MOP 6.656 por mês

B. Não inferior a MOP 1.536 por semana

C. Não inferior a MOP 272 por dia

D. Não inferior a MOP 32 por hora

Resposta: C

45. Qual é o valor do salário mínimo, para remunerações calculadas segundo o

resultado efectivamente produzido conjugado com a forma por hora, fixado na Lei do

81

Salário Mínimo dos Trabalhadores?

A. Não inferior a MOP 6.656 por mês

B. Não inferior a MOP 1.536 por semana

C. Não inferior a MOP 256 por dia

D. Não inferior a MOP 34 por hora

Resposta: D

- 46. Qual é o limite máximo de horas que pode ser utilizado para calcular o salário mínimo de MOP 272, para remunerações calculadas ao dia?
- A. Seis horas por dia do período normal de trabalho
- B. Oito horas por dia do período normal de trabalho
- C. Dez horas por dia do período normal de trabalho
- D. Doze horas por dia do período normal de trabalho

Resposta: B

3.3 Perguntas de Escolha Múltipla (Repostas Múltiplas)

1. A quais das seguintes relações jurídicas não se aplica a "Lei das Relações de

Trabalho"?

A. Relações jurídicas de emprego público que confiram a qualidade de trabalhador

da Administração Pública

B. Relações de trabalho estabelecidas entre cônjuges ou pessoas com relação de

união de facto

C. Relações de trabalho estabelecidas entre pessoas com vínculo familiar até ao

segundo grau e que vivam em comunhão de mesa e habitação

D. Relações estabelecidas ao abrigo de contratos de aprendizagem ou do sistema de

formação profissional inserido no mercado de emprego

Respostas: ABCD

2. Quais das seguintes acções são proibidas aos empregadores ao abrigo da "Lei das

Relações de Trabalho"?

A. Obstar injustificadamente à prestação efectiva do trabalho aos trabalhadores

B. Obrigar os trabalhadores a adquirir bens ou a utilizar serviços fornecidos em troca

da remuneração devida

C. Obrigar os trabalhadores a prestar os seus serviços enquanto estiverem içados

sinais de tufão

D. Reter documentos de identificação dos trabalhadores

Resposta: ABD

3. Quais das seguintes opções correspondem a deveres dos trabalhadores?

A. Guardar lealdade ao empregador, assumindo todos os riscos operacionais e de

mercado que a empresa possa enfrentar conjuntamente com o empregador

B. Obedecer ao empregador no que respeite à execução e disciplina do trabalho,

salvo na medida em que as ordens e instruções daquele se mostrem contrárias aos

seus direitos e garantias

C. Colaborar com o empregador em matéria de higiene e segurança no trabalho,

através de meios adequados

D. Não negociar por conta própria ou alheia em concorrência com o empregador,

nem divulgar informações referentes à organização da empresa, métodos de

produção ou negócios

Respostas: BCD

4. Tanto o empregador como o trabalhador devem guardar reserva da intimidade da

vida privada da contraparte. Que aspectos da vida privada devem ser protegidos nas

relações de trabalho?

A. Aspectos relacionados com a vida familiar e afectiva

B. Aspectos relacionados com o estado de saúde

C. Aspectos relacionados com a orientação e relações sexuais

D. Aspectos relacionados com as habilitações académicas e profissionais

Respostas: ABC

Pacote de Perguntas do Exame de Avaliação para

Orientadores no Serviço de Emprego

5. Que tipos de dados devem os empregadores registar em livros, fichas de dados ou

sistemas informatizados?

A. Os dados pessoais, nomeadamente os nomes, sexos, idades e formas de contacto

dos trabalhadores

B. As férias gozadas

C. O número total de faltas dadas por doença ou acidente ocupacional

D. A categoria profissional ou funções desempenhadas pelos trabalhadores

Respostas: ABCD

6. Sem prejuízo das situações previstas por legislação especial sobre a política do

emprego, só pode ser celebrado contrato de trabalho a termo para a satisfação de

necessidades temporárias da empresa, e pelo período estritamente necessário à sua

satisfação. Das seguintes opções, quais são consideradas necessidades temporárias

de uma empresa que podem ser atendidas pelos contratos de trabalho a termo?

A. Prestação de trabalho sazonal

B. Prestação de trabalhos de natureza transitória

C. Substituição de trabalhadores ausentes

D. Início de uma nova tarefa de prazo indeterminado

Respostas: ABCD

7. Quais das seguintes opções constituem excepções à proibição geral de os

trabalhadores exercerem qualquer forma de actividade remunerada durante o

período das férias anuais?

A. Se o trabalhador tiver sido contratado a tempo parcial

B. Se o empregador assim o autorizar por escrito

C. Mediante autorização da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

B. Se o empregador assim o autorizar verbalmente

Resposta: AB

8. Em que circunstâncias podem os empregadores obrigar os trabalhadores a prestar

trabalho num dia de descanso sem o seu consentimento?

A. Quando o empregador estiver na iminência de prejuízos importantes

B. Quando a empresa realizar um evento de caridade para melhorar a imagem

corporativa

C. Quando a prestação do trabalho seja indispensável para garantir a continuidade do

funcionamento da empresa

D. Quando o empregador tenha de fazer face a acréscimo de trabalho não previsível

Resposta: ACD

9. Na falta de quais dos seguintes menções ou requisitos será um contrato de

trabalho a termo certo convertido em contrato de trabalho sem termo quando não

satisfizer as necessidades temporárias da empresa?

A. Forma escrita

B. Identificação e assinatura de ambas as partes

C. Local de trabalho

D. Motivo justificativo do termo estipulado

Resposta: ABD

10. No exercício de quais dos seguintes trabalhos estão os trabalhadores isentos a

horário de trabalho definido pelo empregador?

A. Trabalho académico ou de estudo, sem supervisão de superior hierárquico

B. Trabalho doméstico

C. Cargos de direcção, chefia e fiscalização externa

D. Trabalho em locais fora do estabelecimento de trabalho, sem controlo imediato de

superior hierárquico

Respostas: ABCD

11. Em quais das seguintes situações pode um empregador obrigar a prestação de

trabalho extraordinário independente do consentimento do trabalhador?

A. Quando o empregador alterar o horário de funcionamento da empresa, caso em

que o período de trabalho diário não pode exceder dezasseis horas

B. Em casos de força maior, caso em que o período de trabalho diário não pode

exceder dezasseis horas

C. Caso o empregador esteja na iminência de prejuízos iminentes, caso em que o

período de trabalho diário não pode exceder dezasseis horas

D. Caso o empregador tenha de fazer face a acréscimo de trabalho não previsível,

caso em que o período de trabalho diário não pode exceder doze horas

Respostas: BCD

12. Quais dos seguintes requisitos devem ser cumpridos para um trabalhador poder

declarar uma falta justificada?

A. O trabalhador deve comunicar as faltas justificadas com uma antecedência mínima

de três dias ou, quando as faltas forem imprevistas, logo que possível

B. O trabalhador deve apresentar ao empregador prova dos factos invocados para a

justificação da falta

C. O trabalhador deve entregar ao empregador um relatório de actividade durante

período de ausência

D. O trabalhador deve entregar um plano de trabalho após o período de ausência

Respostas: AB

13. Que dados devem constar no certificado de trabalho?

A. Data do início da prestação de trabalho

B. Data do fim da prestação de trabalho

C. Outros dados relativos ao exercício de funções solicitados pelo trabalhador

D. Natureza do trabalho ou cargo desempenhado

Respostas: ABCD

14. De quais das seguintes formas podem os contratos de trabalho ser cessados?

A. Revogação

B. Resolução

C. Caducidade

D. Denúncia

Respostas: ABCD

15. Quais dos seguintes requisitos precisam de ser cumpridos antes da resolução de

um contrato de trabalho por iniciativa do empregador?

A. O trabalhador em causa deve ser notificado da decisão de cessação da relação de

trabalho no prazo de trinta dias contados da data do conhecimento do facto

B. O trabalhador em causa pode ser notificado verbalmente

C. Deve-se descrever sumariamente os factos que levaram à cessação da relação de

trabalho

D. Os factos invocados para a resolução do contrato de trabalho devem ser

imputáveis ao trabalhador

Respostas: ACD

16. Em quais das seguintes situações é considerada a resolução de um contrato

trabalho injustificado, tendo o trabalhador o direito a receber o dobro da

indemnização prevista?

A. Se o empregador não cumprir o período de aviso prévio

B. Se o empregador não notificar o trabalhador da cessação da relação de trabalho

no prazo de trinta dias contados da data do conhecimento dos factos relevantes

C. Se a justa causa invocada for infundada

D. Se o trabalhador não for notificado da resolução por escrito

Respostas: BCD

Pacote de Perguntas do Exame de Avaliação para

Orientadores no Serviço de Emprego

17. Quais das seguintes opções correspondem às provisões sobre a remuneração

previstas na Lei das Relações de Trabalho?

A. O empregador fica constituído em mora quando, por causa que lhe seja imputável,

o trabalhador não puder dispor do montante da remuneração de base no tempo

devido

B. A remuneração é paga em moeda com curso legal na Região Administrativa

Especial de Macau

C. A remuneração é paga no prazo de nove dias úteis, contados da data do

vencimento da obrigação

D. O empregador é obrigado a entregar ao trabalhador um recibo do pagamento da

remuneração

Resposta: ABCD

18. Que documentos devem ser entregues pelo trabalhador ao empregador para

comprovar o direito de gozar a licença de paternidade?

A. Certidão de nascimento

B. Atestado médico

C. Outros documentos comprovativos aceites pelo empregador

D. Comprovativo de emprego

Resposta: ABC

19. Qual é a compensação devida a trabalhadores que auferem de salário mensal

obrigados a trabalhar nos dias de descanso?

A. Compensação da remuneração normal do trabalho prestado com um acréscimo de

um dia de remuneração de base

B. Compensação equivalente a dois dias do valor normal da remuneração de base

C. Dois dias de descanso compensatórios

D. Um dia de descanso compensatório

Respostas: AC

20. A que relações de trabalho não é aplicável o regime do salário mínimo?

A. Relações de trabalho de prestação de serviços domésticos

B. Relações de trabalho estabelecidas com trabalhadores menores

C. Relações de trabalho estabelecidas com trabalhadores não residentes

D. Relações de trabalho estabelecidas com indivíduos titulares do Cartão de Registo

de Avaliação de Deficiência

Resposta: AD

21. Quais das seguintes opções não se enquadram na composição do salário

mínimo?

A. A remuneração do trabalho extraordinário

B. Remuneração adicional pelo trabalho nocturno e o trabalho por turnos

C. Subsídios inerentes

D. 13.º mês de salário ou outras prestações de natureza semelhante

Respostas: ABD

22. Quais das seguintes frases sobre a remuneração do trabalho extraordinário,

calculada de acordo com a remuneração normal por hora, estão correctas?

A. Para trabalhadores que auferem uma remuneração calculada ao mês, a

remuneração do trabalho extraordinário prestado é calculado de acordo com a

remuneração normal por hora, não devendo ser inferior a MOP 29,5

B. Para trabalhadores que auferem uma remuneração calculada ao mês, a

remuneração do trabalho extraordinário prestado é calculado de acordo com a

remuneração normal por hora, não devendo ser inferior a MOP 32

C. Para trabalhadores que auferem uma remuneração calculada ao dia, a

remuneração do trabalho extraordinário prestado é calculado de acordo com a

remuneração normal por hora, não devendo ser inferior a MOP 27,7

D. Para trabalhadores que auferem uma remuneração calculada à hora, a

remuneração do trabalho extraordinário prestado é calculado de acordo com a

remuneração normal por hora, não devendo ser inferior a MOP 34

Respostas: AD

Pacote de Perguntas do Exame de Avaliação para

Orientadores no Serviço de Emprego

Regime Jurídico da Reparação Unidade 4: **Danos** por

Emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

4.1 Verdadeiro ou Falso

1. O acidente que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza, directa ou

indirectamente, lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a

morte ou incapacidade temporária ou permanente de trabalho ou de ganho é

classificado como um acidente de trabalho nos termos do "Regime Jurídico da

Reparação por Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais".

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

2. O empregador pode ser isento do seu dever de prestar à vítima os primeiros

socorros ou de lhe assegurar o transporte até ao local onde possa ser clinicamente

assistidos se o acidente de trabalho provier da violação, por parte da vítima, das

medidas de segurança estabelecidas pelo empregador sem causa justificativa.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

3. São responsáveis pela reparação dos danos resultantes das doenças profissionais

as entidades patronais relativamente aos trabalhadores ao seu serviço, tendo as

vítimas o direito de reclamar os danos dos restantes empregadores que devam ser

responsabilizados.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

4. A incapacidade temporária por um período superior a vinte e quatro meses

presume-se como permanente, devendo o médico assistente fixar o respectivo

coeficiente, de acordo com os respectivos regulamentos.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

5. Se do acidente de trabalho ou da doença profissional resultar a morte, os

familiares da vítima têm, no conjunto, direito à indemnização prevista legalmente,

não sendo, contudo, os nascituros considerado um familiar da vítima para estes

efeitos.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

6. O pagamento das prestações relativas aos danos causados pelos acidentes de

trabalho e doenças profissionais é efectuado na RAEM, no domicílio da entidade

responsável.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

7. O estudante de medicina A está a receber tratamentos médicos devido a um

acidente de trabalho, tomando conhecimento no entanto que o médico responsável

tirou o curso de medicina numa faculdade de medicina desconhecida. Como

desconfia das habilitações profissionais do médico, decide ajustar os seus

tratamentos médicos de acordo com os seus conhecimentos, adquirindo

medicamentos importados de elevada qualidade que custam ao todo MOP30.000. A

entidade empregadora do estudade de medicina A é consequentemente responsável

pelo pagamento dos MOP30,000.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

8. A vítima tem o direito de escolher o médico que lhe vai operar cirurgicamente.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

9. Em caso de reincidência nos termos do "Regime Jurídico da Reparação por Danos

Emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais", o limite mínimo da

multa aplicável é elevado de um quarto.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

10. Os trabalhadores da função pública que sejam vítimas de acidentes de trabalho

ou doenças profissionais podem decidir se querem aplicar as normas do "Regime

Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças

Profissionais" ou as disposições legais aplicáveis aos trabalhadores da função pública.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

4.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única)

1. Qual das seguintes situações não é considerada um acidente de trabalho ao abrigo

do "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho e

Doenças Profissionais"?

A. Quando o trabalhador sofrer lesões corporais na execução da actividade laboral

fora do local de trabalho

B. Quando o trabalhador sofrer um acidente de trabalho ou doença profissional ao

executar serviços espontaneamente de que possam resultar proveito económico

para o empregador

C. Quando o trabalhador sofrer uma lesão por assistir voluntariamente uma pessoa

aleijada fora do local do trabalho sem o consentimento do empregador

D. Quando o trabalhador sofrer lesões num acidente que ocorre na condução de um

veículo providenciado pelo empregador ao regressar à sua residência após o horário

de trabalho

Resposta: C

2. O "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho

e Doenças Profissionais" protege o trabalho de qual dos seguintes sujeitos?

A. Familiares do trabalhador que residem e vivem com o trabalhador

B. Aqueles que prestam os seus serviços em regime de aprendizagem

C. Indivíduos que reequipam e reparam objectos nos seus próprios domicílios fora do

controlo ou direcção de terceiros

D. Os indivíduos contratados para prestar um serviço concretamente definido,

mediante um preço global, em condições de total disponibilidade e autonomia

Resposta: B

3. Em qual dos seguintes acidentes têm os trabalhadores direito a reparação?

A. Acidentes causados pela falta grave e indesculpável da vítima

B. Acidentes dolosamente causados pela vítima

C. Acidentes que resultam da privação permanente do uso da razão por parte da

vítima

D. Acidentes que provêm de causas de força maior imprevisíveis durante a prestação

do trabalho normal pela vítima no local de trabalho

Resposta: D

4. Qual é o sinal de tempestade tropical mais baixo içado pela Direcção dos Serviços

Meteorológicos e Geofísicos, e o número de horas antes do início ou depois do termo

do horário de trabalho no percurso directo de ida e volta entre a residência e o local

de trabalho dentro do qual um acidente é considerado um acidente de trabalho?

A. Sinal n.º 3; 1 hora

B. Sinal n.º 8; 3 horas

C. Sinal n.º 10; 12 horas

D. Sinal n.º 1; 24 horas

Resposta: B

5. O Trabalhador A desempenha funções de estivador e sofre de espondilite

anquilosante desde jovem. Ocasionalmente, fica incapaz de trabalhar devido às

dores lombares causadas pelo movimento das cargas. Um dia em Março de 2018,

tropeçou sobre um tubo de aço enquanto desempenhava as suas funções,

fracturando o seu pulso e agravando as dores nas costas. Após o exame médico, foi

aconselhado a ficar de repouso durante 3 meses. Qual das seguintes frases sobre o

acidente de trabalho sofrido pelo Trabalhador A está correcto?

A. O agravamento das dores nas costas de A não pode ser considerado um acidente

de trabalho

B. O pulso fracturado é uma forma de incapacidade temporária parcial

C. A reparação devida ao Trabalhador A corresponde à diferença entre a

incapacidade que for fixada como se tudo fosse imputado ao acidente e a

incapacidade anterior devido às dores nas costas

D. O Trabalhador A não terá direito a qualquer reparação se o médico responsável

pelo tratamento da fractura do pulso e das dores de costas severas fizer um

diagnóstico incorrecto que agrava a sua condição de saúde.

Resposta: C

6. Qual das seguintes situações não é considerada resultante de um acidente de

trabalho?

A. Quando um trabalhador lacera-se numa ferramenta numa fábrica durante o

horário de trabalho

B. Um trabalhador e o empregador encontram-se no Starbucks para o pagamento do

salário, contudo inesperadamente o trabalhador entorna água escaldante sobre as

suas pernas

C. Um trabalhador está a participar numa sessão de formação profissional organizada

pela empresa que o contrata. Ocorre um incidente durante a formação e o

trabalhador acaba por falecer apesar das tentativas de socorro

D. Um trabalhador sente-se tonto depois de uma ligeira colisão com uma viatura ao

conduzir o carro da empresa para o local de trabalho. Presume-se, mas não pôde ser

definitivamente provado, que o acidente causou as tonturas

Resposta: D

7. Qual das seguintes frases sobre o direito a reparações por motivo de doença

ocupacional está incorrecta?

A. Um trabalhador desempenha funções onde produz matérias químicas a partir do

formaldeído. É transferido para uma nova posição e cerca de meio mês depois de

cessar as suas funções anteriores, descobre sintomas de úlceras da pele. O

trabalhador tem direito a reparações por doença profissional

B. Um mineiro trabalha numa mina de carvão há seis anos e foi recentemente

diagnosticado com siderose severa. O trabalhador tem direito a reparações por

doença profissional

C. Um trabalhador jovem desempenha funções de serrador de mármore há dois anos

e foi diagnosticado com siderose. No entanto, não é possível averiguar se a doença

foi causada devido ao seu emprego ou simplesmente à diminuição das suas

capacidades físicas. O trabalhador tem direito a reparações por doença profissional

D. Um porteiro já sofria de tenossinovite crónica antes de começar a trabalhar, mas

os sintomas agravam-se depois de iniciar as suas funções, surgindo também sintomas

de paralisia devido à compressão dos nervos. O trabalhador tem o direito a receber

reparações não só pela tenossinovite crónica, mas também pelos sintomas da

paralisia

Resposta: C

8. Qual das seguintes opções não corresponde às provisões sobre a participação de

acidentes prevista no "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de

Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais"?

A. Ocorrido um acidente, a vítima ou os seus familiares devem participá-lo ao

empregador, verbalmente ou por escrito, nas vinte e quatro horas seguintes

B. Quando o acidente não for participado nos prazos estabelecidos nos números

anteriores e, por esse motivo, tiver sido impossível prestar ao trabalhador a

assistência devida, as incapacidades judicialmente reconhecidas como consequência

da falta de participação não conferem à vítima direito a reparações

C. Se o estado da vítima não permitir efectuar a participação dentro de vinte e quatro

horas a seguir ao acidente, o prazo para a participação conta-se a partir da cessação

do impedimento

D. Se, após o acidente não se manifestarem quaisquer sintomas da lesão, o prazo

para a participação do acidente é mesmo assim contado a partir da ocorrência do

acidente

Resposta: D

9. Qual das seguintes opções não corresponde às prestações em espécie que visam o

restabelecimento do estado de saúde e da capacidade de trabalho ou de ganho da

vítima?

A. A indemnização por danos que resultem em incapacidade temporária

B. O fornecimento de aparelhos de prótese e ortopedia

C. O transporte para as consultas e tratamento da vítima

D. O internamento hospitalar

Resposta: A

Pacote de Perguntas do Exame de Avaliação para

Orientadores no Serviço de Emprego

10. Qual das seguintes frases sobre o limite máximo das prestações em espécie está

correcta?

A. Os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho ou doenças profissionais

podem receber prestações em espécie que ultrapassam o limite máximo

estabelecido em circunstâncias especiais

B. É concedido um limite máximo de prestações em espécie por dia de MOP200 para

vítimas que receberem tratamentos fora de centros de saúde

C. Quando o custo das prestações em espécie ultrapassar o limite máximo

estabelecido, a vítima passa a receber a assistência médica, cirúrgica, farmacêutica e

hospitalar nos termos do regime legal de acesso aos cuidados de saúde

D. O limite máximo das prestações em espécie pode ser ajustado conforme as

condições individuais de cada caso

Resposta: C

11. Nos termos do "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de

Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais", quantos dias a contar da data de

recepção do documento comprovativo relativas às prestações em espécie devidas à

vítima deve o empregador efectuar os respectivos pagamentos?

A. 10

B. 15

C. 20

D. 25

Resposta: B

12. Qual das seguintes frases sobre o médico assistente está correcta?

A. A vítima e a entidade responsável devem obedecer às decisões do médico

assistente

B. O trabalhador não tem o direito de designar o médico assistente da vítima

C. A vítima pode designar o médico assistente se lhe lhe for dada alta sem estar

curado

D. Se a vítima precisar de socorros urgentes e não tiver sido designado um médico

assistentes, a enfermeira que a primeiro tratou pode ser designada o médico

assistente

Resposta: C

13. Os empregadores, cuja responsabilidade não esteja garantida na forma legal, ou

os seguradores aos quais a responsabilidade tenha sido transferida, devem participar

imediatamente, por escrito, ao tribunal competente todos os casos de acidente de

trabalho de que tenha resultado a morte. Nos termos do "Regime Jurídico da

Reparação por Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais",

qual das seguintes opções não é considerada uma forma de participação imediata?

A. As participações efectuadas por via telegráfica

B. As participações efectuadas por telecópia

C. As participações efectuadas por fax

D. As participações efectuadas por escrito

Resposta: D

14. Em que dois períodos de cada ano devem as seguradoras enviar à Direcção dos

Serviços para os Assuntos Laborais um mapa do qual constem todos os acidentes de

trabalho e doenças profissionais da sua responsabilidade, ocorridos no semestre

anterior?

A. Final de Janeiro; Final de Julho

B. Início de Janeiro; Início de Julho

C. Final de Junho; Final de Dezembro

D. Início de Junho; Início de Dezembro

Resposta: A

15. Nos termos do "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de

Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais", qual das seguintes itens não constitui

uma forma de "retribuição-base"?

A. Qualquer remuneração especial como bónus e prémios

B. Qualquer remuneração especial como subsídios ou comissões recebida pelo

trabalhador pelo trabalho prestado

C. Prestações em espécie como géneros alimentícios ou alojamento

D. Subsídios ou quaisquer outras concessões para viagens

Resposta: D

16. O "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais" determina que o Fundo de Segurança Social de Macau deve ser notificada das doenças ocupacionais. Dentro de quantos dias devem entidades como empregadores, seguradoras, médicos e estabelecimentos de saúde onde a vítima se encontra internada participar ao Fundo de Segurança Social todos os casos de doenças profissionais respiratórias constantes da lista anexa à

A. Cinco

supracitada lei?

B. Seis

C. Sete

D. Oito

Resposta: D

17. Qual das seguintes declarações sobre o "Regime Jurídico da Reparação por Danos

Emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais" está incorrecta?

A. Os acidentes que resultam da utilização de máquinas na realização de trabalhos

ocasionais de curta duração são considerados acidentes de trabalho nos termos do

"Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho e

Doenças Profissionais"

B. Não confere o direito à reparação o acidente de trabalho que resulta da privação,

do uso da razão da vítima se essa privação derivar da prestação de trabalho

C. O "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho

e Doenças Profissionais" não é aplicável aos trabalhadores da função pública que

sofrem acidentes de trabalho durante o desempenho das suas funções

D. Os trabalhadores contratados em Macau que sejam vítimas de acidentes de

trabalho no exterior ao serviço de empregadores locais têm direito a indemnização

Resposta: B

18. O Trabalhador A sofreu um acidente de trabalho que necessita de uma alta

cirurgia imediata. Que medida pode o Trabalhador A tomar se o seu empregador

discordar com a escolha de cirurgiões?

A. Escolher ele/ela próprio/a o médico que vai realizar a intervenção cirúrgica

B. Seguir as medidas implementadas pelo empregador

C. Consultar com o médico para confirmar as medidas a tomar

D. Solicitar a resolução das divergências de opinião mediante uma conferência de

médicos

Resposta: D

19. A que indemnização tem o Trabalhador A, empregado por uma empresa de

construção, direito se sofrer de um acidente de trabalho que resulta na incapacidade

temporária?

A. Indemnização igual a dois terços da redução sofrida na capacidade geral de ganho

ou de trabalho

B. Indemnização igual a dois terços da retribuição-base

C. Indemnização igual a um terço da redução sofrida na capacidade geral de ganho

ou de trabalho

D. Indemnização igual a dois terços da retribuição-base

Resposta: B

20. Qual das seguintes frases sobre os limites das indemnizações devidas às vítimas

está correcta?

A. Existe um limite máximo, mas não existe um limite mínimo para as indemnizações

devidas por incapacidade permanente absoluta

B. Existe um limite mínimo, mas não existe um limite máximo para as indemnizações

devidas por incapacidade permanente absoluta

C. Não existe nem um limite mínimo nem um limite máximo para as indemnizações

devidas por incapacidade permanente absoluta

D. Existe um limite mínimo e um limite máximo para as indemnizações devidas por

incapacidade permanente absoluta

Resposta: D

21. O Sr. A é um tirocinante não remunerado numa empresa de construção. Sofre de

incapacidade permanente absoluta em resultado de um acidente de trabalho. Qual

das seguintes declarações sobre as prestações das indemnizações está correcta?

A. O Sr. A não tem direito a receber qualquer indemnização devido ao seu estatuto

de tirocinante não pago

B. Como o Sr. A é um tirocinante não pago, a empresa de construção não pode ser

responsabilizada pelo pagamento da indemnização

C. A empresa de construção pode, por motivos humanitários, decidir indemnizar o Sr.

A pelas lesões que sofreu à sua discrição

D. As indemnizações devidas pela empresa de construção são calculadas com base na

retribuição média de um trabalhador do mesmo empregador

Resposta: D

22. Qual das seguintes condições deve ser tido em consideração na ocupação dos

trabalhadores vítimas de doença profissional durante o período de incapacidade

temporária parcial?

A. A disposição do empregador para ocupar o trabalhador vítima

B. A disposição do trabalhador vítima para trabalhar durante o período de

incapacidade temporária parcial

C. O estado de saúde do trabalhador vítima

D. As funções que o trabalhador vítima desempenhava antes do diagnóstico da

doença profissional

Resposta: C

23. Um dos objectivos mais importantes do contrato de trabalho é proteger os

direitos dos trabalhadores. Tendo em conta este princípio, qual dos seguintes

contratos é considerado inválido?

A. O contrato que amplia os direitos do empregador

B. O contrato que obriga o trabalhador a prescindir dos seus direitos

C. O contrato celebrado sem forma escrita

D. O contrato que não foi registado junto da Direccção dos Serviços para os Assuntos

Laborais

Resposta: B

24. A Pneumoconiose é uma doença comum no processo de modernização que

afecta seriamente os trabalhadores. Qual das seguintes doenças profissionais é

coberta pelo Fundo de Segurança Social?

A. Doenças mentais

B. Doenças profissionais resultantes da radiação

C. Pneumoconiose

D. Doenças profissionais infecciosas

Resposta: C

25. Uma empresa de serviços domésticos emprega 20 trabalhadores filipinos mas

adquire apólices de seguro para apenas 10 pessoas. Um dia são chamados a prestar

um determinado serviço e a empresa envia 15 dos trabalhadores, todos os quais são

vítimas de um acidente de trabalho no local, causando-lhes lesões de diferentes

níveis de gravidade. A empresa declara que o seguro adquirido cobre 10 pessoas mas

a seguradora afirma que apenas 8 das 15 pessoas afectadas pelo acidente estão

abrangidas pela apólice. Qual das seguintes entidades tem o ónus de comprovar o

número e identidade das pessoas abrangidas pelo contrato de seguro celebrado?

A. A seguradora

B. Os trabalhador

C. Uma entidade terceira imparcial

D. A empresa de serviços domésticos

Resposta: D

26. Qual dos seguintes itens não estão abrangidos pelos contratos de seguro gerais

contra acidentes de trabalho?

A. As provisões da apólice uniforme do seguro de acidentes de trabalho

B. As condições gerais

C. As cláusulas especiais

D. As cláusulas subsidiárias

Resposta: D

27. Qual é a entidade responsável por estabelecer as cláusulas respeitantes aos

contratos de seguro caso as seguradoras determinarem que uma certa actividade a

segurar apresentar um grau de sinistralidade anormal?

A. A Comissão da Lei Básica

B. A Autoridade Monetária de Macau

C. O Tribunal de Última Instância

D. A Secretária para a Administração e Justiça

Resposta: B

28. Quantas seguradoras têm de recusar a celebração de um contrato de seguro

antes do empregador dever recorrer à intervenção da autoridade competente para

que esta defina as condições especiais para a realização do seguro?

A. Duas seguradoras

B. Três seguradoras

C. Quatro seguradoras

D. Cinco seguradoras

Resposta: B

Pacote de Perguntas do Exame de Avaliação para

Orientadores no Serviço de Emprego

29. As multas distinguem-se das indemnizações devido à sua natureza pública, não

podendo ser utilizadas para compensar as vítimas directamente. Tendo isto em conta,

qual é o destino das multas?

A. O produto das multas resultantes de infracções convencionais constituem receita

do Fundo de Segurança Social enquanto o produto das multas resultantes de

infracções administrativas são utilizadas para indemnizar as vítimas

B. O produto das multas resultantes de infracções administrativas constituem receita

do Fundo de Segurança Social enquanto o produto das multas resultantes de

infracções convencionais são utilizadas para indemnizar as vítimas

C. O produto das multas resultantes de infracções convencionais e de infracções

administrativas constituem receita do Fundo de Segurança Social

D. O produto das multas resultantes de infracções convencionais e de infracções

administrativas são utilizadas para indemnizar as vítimas

Resposta: C

30. Que tipo de apólice de seguro é utilizada para transferir as responsabilidades que

recaem sobre as entidades empregadoras para os seguradores?

A. Cláusulas subsidiárias

B. Condições gerais

C. Cláusulas especiais

D. Apólice uniforme de seguro

Resposta: D

31. A Sra. A é uma radiologista que trabalha num hospital. Foi internada por revelar

sintomas de envenenamento por radiação mas acaba por recuperar após o

tratamento. Dentro de que período deve A Sra. A se apresentar ao trabalho no

hospital depois de ser dada o boletim de alta?

A. Vinte e quatro horas

B. 48 horas

C. Dentro de 3 dias

D. Dentro de uma semana

Resposta: B

32. Qual das seguintes opções não indica um dos membros da junta médica?

A. Médico escolhido por um sinistrado

B. Médico escolhido pela entidade responsável

C. Um terceiro médico designado pelo hospital no caso de a junta médica não chegar

a acordo

D. Um terceiro médico designado pelos Serviços de Saúde no caso de a junta médica

não chegar a acordo

Resposta: C

33. Qual das seguintes frases sobre o boletim de exame e o boletim de alta está

errada?

A. Não é necessário entregar um boletim de alta à vítima

B. Deve-se entregar o boletim de exame e o boletim de alta à vítima

C. Deve-se entregar o boletim de exame à entidade responsável

D. Os restantes boletins devem instruir a participação do acidente ao tribunal ou a

serem remetidos a este, quando forem requisitados

Resposta: A

34. Dentro de que prazo devem cópias do boletim de exame e o boletim de alta ser

entregues à vítima e à entidade empregadora?

A. 10 dias

B. 20 dias

C. 30 dias

D. 40 dias

Resposta: C

35. O Sr. A sofre de uma doença profissional mas existem divergências entre a vítima

e a entidade responsável sobre alguns dos pormenores do tratamento. Qual das

seguintes frases sobre o acesso aos documentos relevantes está incorrecto?

A. A entidade responsável é obrigada a fornecer todos os documentos relevantes ao

tribunal competente

B. Os estabelecimentos de saúde e os médicos são obrigados a fornecer todos os

documentos relevantes à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

C. Os documentos relevantes compreendem todos os documentos respeitantes às

observações, diagnósticos, exames e tratamentos feitos ao Sr. A

D. A entidade responsável tem o direito de obrigar o Sr. A a entregar-lhe todos os

documentos respeitantes ao seu tratamento

Resposta: D

36. A Sra. A é vítima de um acidente de trabalho e precisa de ser internada num

hospital para tratamentos urgentes. No entanto, a entidade responsável recusa-se a

assinar o termo de responsabilidade. Qual das seguintes frases está correcta?

A. A entidade responsável pode recusar-se a assinar o termo de responsabilidade,

evitando assim as despesas relacionadas com a hospitalização da vítima

B. Como a entidade responsável recusou-se a assinar o termo de responsabilidade, o

estabelecimento de saúde pode negar à Sra. A os tratamentos urgentes

C. Como a entidade responsável recusou-se a assinar o termo de responsabilidade, o

estabelecimento de saúde não poderá ser responsabilizado

D. O estabelecimento de saúde é responsável pelo agravamento da doença da Sra. A

devido ao tratamento inadequado

Resposta: D

37. O Sr. A sofre de uma doença profissional e o seu médico assistente recomenda

receber tratamentos regulares num hospital geral. No entanto, o Sr. A quer ser

admitido a um hospital de alto nível. Qual das seguintes frases sobre a presente

situação está errada?

A. A categoria e classe do internamento em hospital são as que melhor se ajustarem

às prescrições do médico assistente

B. O pedido do Sr. A para ser internado num hospital de alto nível deve ser aceite e as

prescrições do médico assistente ignoradas

C. A entidade responsável só é obrigada a suportar o menor custo previsto na tabela

hospitalar para a categoria e classe do internamento

D. As restantes despesas para com o internamento serão suportadas pelo Sr. A

Resposta: B

38. Qual das seguintes frases sobre o fornecimento de aparelhos de prótese e

ortopedia está correcta?

A. Vítimas têm o direito de receber aparelhos de prótese e ortopedia

B. No caso de discordância sobre a renovação de aparelhos de prótese e ortopedia,

deve-se respeitar a opinião da vítima independentemente de qualquer pedido que

tenha feito

C. A entidade responsável deve suportar todos os custos associados à renovação dos

aparelhos de prótese e ortopedia, mesmo quando estes ultrapassam o custo de

aquisição

D. Não existe limite máximo para os custos relacionados com o fornecimento,

renovação ou reparação dos aparelhos de prótese e ortopedia

Resposta: A

39. Qual das seguintes frases sobre o direito de opção do valor dos aparelhos de

prótese e ortopedia está correcto?

A. A vítima pode adquirir os aparelhos sem optar pela importância correspondente

ao valor dos aparelhos indicados pelo médico assistente

B. A entidade responsável deve restituir a vítima das importâncias despendidas para

a aquisição dos aparelhos depois de verificada a respectiva aplicação

C. Se a entidade responsável retardar o pagamento sem justificação, a vítima tem o

direito à reparação dos danos sofridos pelo atraso

D. Se a vítima optar pela importância correspondente ao valor dos aparelhos, a

entidade responsável não poderá ser responsabilizada por qualquer subsequentes

custos relacionados com a reparação ou renovação dos mesmos

Resposta: C

40. O Sr. A sofreu de um acidente de trabalho numa empresa de construção após o

qual ficou com uma deficiência física. Foi lhe instalado um aparelho prótese no

membro afectado conforme recomendado pelo médico que tratou o Sr. A. É

posteriormente transferido para uma empresa de transportes públicos onde trabalha

como vendedor de bilhetes. No desempenho das suas funções, o aparelho de

prótese fica danificado. Qual é a entidade responsável pelos custos associados à

reparação do aparelho?

A. O Sr. A

B. A empresa de transportes públicos

C. A empresa de construção

D. O médico assistente

Resposta: B

41. A Sra. A sofreu de um acidente de trabalho numa empresa de construção após o

qual ficou com uma deficiência física. Foi lhe instalada um aparelho prótese no

membro afectado mas a Sra. A posteriormente danifica deliberadamente o aparelho

até ao ponto que não pode ser utilizado. Qual das seguintes frases sobre esta

situação está correcta?

A. A Sra. A perde o direito à reparação ou renovação do aparelho prótese

B. A Sra. A deve responsabilizar a empresa de construção pela reparação

C. A Sra. A pode, por sua iniciativa, reparar o aparelho prótese e os respectivos custos

serão cobertos pela empresa de construção

D. A Sra. A pode requerer ao tribunal competente a notificação da entidade

responsável para depositar as importâncias respeitantes à reparação do aparelho de

prótese

Resposta: A

42. O Sr. A sofreu de um acidente de trabalho numa empresa de construção que

resultou numa incapacidade permanente parcial de trabalho. Qual das seguintes

opções sobre a indemnização devida ao Sr. A está correcta?

A. A indemnização deve ser equivalente ao dobro da indemnização base prevista

para a incapacidade temporária parcial

B. A indemnização deve ser calculada com base na indemnização prevista para a

incapacidade temporária absoluta

C. A indemnização deve ser calculada com base na percentagem de desvalorização

aplicada sobre o montante que seria devido à vítima caso tivesse ficado afectado de

incapacidade permanente absoluta

D. A indemnização deve ser equivalente a metade da indemnização devida pela

incapacidade permanente absoluta

Resposta: C

43. Qual das seguintes declarações sobre o cálculo da retribuição-base está

incorrecto?

A. As indemnizações são calculadas a partir da retribuição-base auferida no dia do

acidente, se esta representar a retribuição-base normalmente recebida pela vítima

B. As indemnizações devidas pelas doenças profissionais são calculadas com base na

média das remunerações auferidas pelos trabalhadores no ano anterior à cessação

da exposição ao risco

C. Se a data do diagnóstico inequívoco da doença profissional preceder a data da

cessação da exposição ao risco, as indemnizações devidas pelas doenças profissionais

são calculadas com base na média das remunerações auferidas pelos trabalhadores

no ano anterior à data do diagnóstico inequívoco da doença profissional

D. Para trabalhadores que auferem de um salário fixo por ano, a retribuição-base

diária corresponde a 1/30 desse salário

Resposta: D

4.3 Perguntas de Escolha Múltipla (Respostas Múltiplas)

1. As doenças profissionais especificadas no "Regime Jurídico da Reparação por

Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais" referem-se às

doenças constantes na da tabela de doenças profissionais que tenham sido

contraídas pelo trabalhador devido à sua exposição, durante determinado período,

ao risco da indústria, actividade ou ambiente onde prestou ou presta os seus serviços.

A que riscos refere-se esta alínea?

A. Riscos industriais

B. Riscos ocupacionais

C. Riscos ambientais

D. Riscos físicos

Resposta: ABC

2. Quais das seguintes frases sobre a pneumoconiose estão correctas?

A. A pneumoconiose é um tipo especial de doença profissional, também classificado

como uma doença profissional do sistema respiratório

B. Deve-se poder estabelecer uma relação causal entre a incidência da

pneumoconiose e a actividade profissional

C. A pneumoconiose é causada pela inalação de poeiras, gases, fumos ou a exposição

a radiações ionizantes

D. A saúde de indivíduos com pneumoconiose altera independentemente da

sintomatologia manifestada e dos mecanismos fisiopatológicos envolvidos

Resposta: ABCD

3. Quais dos seguintes itens constitui a "retribuição base" prevista no "Regime

Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças

Profissionais"?

A. Quaisquer prestações pecuniárias pagas pela entidade patronal ao trabalhador,

por força da relação jurídica de trabalho e não excluídas pelo "Regime Jurídico da

Reparação por Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais"

B. Quaisquer prestações em espécie que seja possível avaliar em dinheiro, pagas pela

entidade patronal por força da relação jurídica de trabalho e não excluídas pelo

"Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho e

Doenças Profissionais"

C. Contribuições pagas pela entidade patronal relativamente a qualquer pensão ou

fundo de previdência

D. Gratificações, se o recebimento destas pelo trabalhador for habitual e reconhecido

pela entidade patronal

Respostas: ABD

4. As vítimas de doenças profissionais com predisposições patológicas mesmo assim

gozam do direito a reparações. Quais das seguintes opções indicam excepções a esta

regra?

A. Quando a predisposição patológica for a única causa da doença profissional

B. Quando a predisposição patológica for uma das causas da doença profissional

C. Quando a vítima dolosamente ocultar a predisposição patológica

D. Quando o empregador tomar conhecimento da predisposição patológica da vítima

após a contracção da doença profissional

Respostas: AC

5. Quais das seguintes entidades podem participar ao tribunal competente dos casos

de acidentes de trabalho e doenças profissionais?

A. A vítima, por interposta pessoa

B. Qualquer entidade com direito a receber o valor das prestações derivadas do

acidente ou doença

C. Qualquer autoridade que tenha tomado conhecimento do acidente ou da doença

D. O director do estabelecimento prisional onde a vítima esteja internada

Respostas: ABCD

6. O Sr. A foi vítima de um acidente de trabalho numa empresa de construção,

sofrendo, em consequência, de uma deficiência física. No entanto, a entidade

responsável recusa-se a suportar os custos relativos ao fornecimento do aparelho da

prótese sem justificação. Dos métodos indicados nas seguintes opções, quais são

medidas válidas que o Sr. A pode tomar?

A. O Sr. A pode requerer ao tribunal competente a notificação da entidade

responsável para depositar à sua ordem as importâncias respeitantes ao

fornecimento do aparelho de prótese

B. Não sendo efectuado o depósito, O Sr. A pode proceder à execução do respectivo

valor, conforme os requisitos do tribunal competente

C. Pelo produto da execução são pagas as despesas dos aparelhos de prótese após o

fornecimento da mesma

D. O pagamento voluntário ou execução das importâncias relativas às despesas não

prejudica o direito do Sr. A à indemnização dos danos causados pela demora

Respostas: ABCD

7. Nos termos do "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de Acidentes

de Trabalho e Doenças Profissionais" quais das seguintes opções correspondem a

formas de prestações em dinheiro?

A. Indemnizações por incapacidade temporária, absoluta ou parcial

B. Em caso de incapacidade permanente, as indemnizações correspondentes à

redução na capacidade de trabalho ou de ganho

C. Em caso de morte, as indemnizações e as despesas de funeral

D. As indemnizações devidas pelos danos causados aos pertences da vítima devido a

acidentes de trabalho

Respostas: ABC

8. A Sra. A sofre de um acidente de trabalho numa empresa de construção que

resulta numa incapacidade permanente absoluta. Quais das seguintes opções

correspondem às formas correctas para calcular as indemnizações devidas à Sra. A?

A. Se a Sra. A tiver menos de 25 anos de idade, a indemnização devida é equivalente

a 132 vezes a retribuição-base mensal

B. Se a Sra. A tiver idade igual ou superior a 25 anos e inferior a 35 anos, a

indemnização devida é equivalente a 120 vezes a retribuição-base mensal

C. Se a Sra. A tiver idade igual ou superior a 35 anos e inferior a 45 anos, a

indemnização devida é equivalente a 108 vezes a retribuição-base mensal

D. Se a Sra. A tiver idade igual ou superior a 45 anos e inferior a 56 anos, a

indemnização devida é equivalente a 96 vezes a retribuição-base mensal

Respostas: ABCD

9. Nos termos do "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de Acidentes

de Trabalho e Doenças Profissionais", quais das seguintes frases sobre prestações

suplementares estão correctas?

A. As prestações suplementares visam suplementar as insuficiências das

indemnizações e proporcionam às vítimas uma protecção mais abrangente

B. A vítima, a quem for fixada uma incapacidade permanente e que não puder

dispensar a assistência constante de terceira pessoa, tem direito a uma prestação

suplementar de 50% do capital que lhe é devido pela incapacidade como prestação

suplementar

C. A proporção das prestações suplementares podem ser ajustadas casuisticamente

D. As prestações suplementares devem ser fixadas com as prestações principais

Respostas: ABD

10. Quais das seguintes frases sobre os valores das indemnizações devidas em caso

de morte da vítima estão correctas?

A. Se a vítima tiver menos de 25 anos de idade, a indemnização é equivalente a 120

vezes a retribuição-base mensal

B. Se a vítima tiver idade igual ou superior a 25 anos e inferior a 35 anos, a

indemnização é equivalente a 108 vezes a retribuição-base mensal

C. Se a vítima tiver idade igual ou superior a 35 anos e inferior a 45 anos, a

indemnização devida é equivalente a 96 vezes a retribuição-base mensal

D. Se a vítima tiver idade igual ou superior a 45 anos e inferior a 56 anos, a

indemnização devida é equivalente a 84 vezes a retribuição-base mensal

Resposta: ABCD

11. O "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de Acidentes de

Trabalho e Doenças Profissionais" refere-se ao conceito da "cura clínica", que é

simultaneamente uma situação factual e uma presunção legal. Em que duas das

seguintes quatro opções considera-se que há cura clínica?

A. Quando as lesões ou a doença desapareceram totalmente

B. Quando não se verificam progressos nos tratamentos por um período superior a

um ano

C. Quando não se verificam progressos significativos nos tratamentos que custam

dois milhões de patacas

D. Quando o médico assistente declarar que a continuação dos tratamentos não irá

alterar a condição da vítima

Respostas: AD

12. O cálculo da indemnização devida pela incapacidade parcial difere conforme

tenha sido causado por um acidente de trabalho ou doença profissional. Das

seguintes quatro opções quais são as duas que conformam aos métodos de cálculo

para a indemnização previstos legalmente?

A. Na ocorrência de um acidente de trabalho, a retribuição-base por dia é calculada

com base na média das remunerações auferidas pelo trabalhador no ano anterior à

ocorrência do acidente

B. Na ocorrência de um acidente de trabalho, a retribuição-base por dia é calculada

com base nas remunerações auferidas pelo trabalhador á data em que ocorreu o

acidente

C. As indemnizações devidas pelas doenças profissionais são calculadas com base na

média das remunerações auferidas pelo trabalhador no ano anterior à data do

diagnóstico definitivo da doença ou da cessação da exposição ao risco

D. As indemnizações devidas pelas doenças profissionais são calculadas com base nas

remunerações auferidas pelo trabalhador à data que ocorreu a doença

Respostas: BC

13. O Sr. A trabalha num casino em Macau. Ao sofrer um acidente de trabalho

durante o seu horário de serviço, o casino cobre todas as despesas médicas do Sr. A

durante os seguintes seis meses, resultando numa recuperação quase total da vítima.

No entanto, descobre-se que o acidente foi causado pela Sra. B, a ex-namorada do Sr.

A, num confronto físico entre as partes. Que direitos tem o casino nesta situação?

A. Como parte principal, pode intentar uma acção de reembolso para reaver as

prestações pagas

B. O casino tem o direito de ser reembolsada de todos os custos que pagou à custa

dos tratamentos médicos do Sr. A

C. O casino pode intentar uma acção de indemnização contra o Sr. A para reaver as

prestações pagas

D. O casino pode recusar-se a pagar os custos de qualquer tratamento subsequente

Respostas: ABD

14. Nos termos do "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de

Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais" em que datas é iniciada a contagem

do prazo de caducidade do direito de acção?

A. A partir da data da cura clínica do acidente de trabalho

B. A partir da data da morte da vítima

C. A partir da data da comunicação do diagnóstico definitivo à vítima

D. A partir da data do falecimento da vítima, quando a comunicação tenha sido feita

dois anos antes do falecimento

Resposta: ABC

15. Nos termos do "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de

Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais", quais das seguintes opções

correspondem a infracções convencionais, sendo punidas com multas?

A. Quando a entidade responsável não pagar as prestações em espécie dentro de

trinta dias a contar da data em que recebe o documento comprovativo relativo a

essas prestações à vítima

B. Quando o empregador recusar-se a pagar as despesas relacionadas com os

tratamentos médicos urgentes da vítima alegando o desconhecimento da entidade

responsável pelo acidente

C. Quando o empregador recusar-se a ocupar os trabalhadores que sofrem de

incapacidade temporária parcial em funções compatíveis com o seu estado de saúde

D. Quando o empregador cessar a relação de trabalho com um trabalhador que sofre

de incapacidade temporária devido a doença profissional e pagar uma indemnização

de MOP 5.000

Repostas: ABD

16. Nos termos do "Regime Jurídico da Reparação por Danos Emergentes de

Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais", quais das seguintes opções

correspondem a infracções administrativas, sendo punidas com multas?

A. Quando o empregador não participar à respectiva seguradora a ocorrência do

acidente, nos termos estabelecidos na apólice do seguro

B. Quando a respectiva seguradora não participar ao tribunal competente a

ocorrência do acidente ou falecimento da vítima devido a doença por via telegráfica

ou fax

C. Quando o director do estabelecimento de assistência não participar ao tribunal

competente o falecimento da vítima dentro de guarenta e oito horas

D. Quando a respectiva seguradora não entregar, duas vezes por ano, um mapa do

qual constem todas as doenças profissionais

Respostas: ABD

17. As pessoas colectivas, mesmo que constituídas irregularmente, respondem

solidariamente pelas obrigações externas. Das seguintes opções, quais são as três

que indicam estas obrigações externas?

A. Multas resultantes de infracções convencionais

B. Retribuições dos trabalhadores da pessoa colectiva

C. Custas judiciais

D. Indemnizações devidas aos trabalhadores da pessoa colectiva devido a acidentes

de trabalho

Respostas: ACD

Unidade 5: Leis e Formalidades para a Contratação de

**Trabalhadores Não Residentes** 

5.1 Verdadeiro ou Falso

1. Empregador não pode transferir para o trabalhador, por qualquer forma, o

encargo do pagamento da taxa de contratação, não podendo efectuar para o efeito

qualquer desconto na respectiva remuneração.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

2. Um contrato de trabalho de termo certo celebrado com um trabalhador não

residente tem um prazo máximo de dois anos, não podendo ser renovado mais de

duas vezes.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

3. Será cobrado por cada emissão de segunda via do documento de identificação de

um trabalhador não residente pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública uma taxa

de MOP 200.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

4. São isentos do pagamento da taxa de contratação os empregadores de

trabalhadores não residentes contratados para prestar serviços de natureza

doméstica

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

5. Os residentes estrangeiros de Macau que estão devidamente autorizados a

trabalhar não podem empregar outros não residentes de Macau. No entanto se não

auferirem qualquer remuneração, esta situação não é considerada ilegal.

Verdadeiro

Falso

Resposta: Falso

6. A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais pode, durante o processo de

apreciação dos requerimentos de contratação de trabalhadores não residentes,

solicitar a entrega de materiais adicionais que considere úteis para a apreciação.

Verdadeiro.

Falso

Resposta: Verdadeiro

7. O pagamento da remuneração dos trabalhadores não residentes só pode ser feito

por meio de depósito à ordem do trabalhador em instituição bancária da Região

Administrativa Especial de Macau ou na Região Administrativa Especial de Hong

Kong.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

8. Havendo divergência entre as condições de trabalho constantes do contrato e as

apresentadas com o requerimento de autorização de contratação, prevalece o

regime mais favorável ao trabalhador.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

9. Nos requerimentos de contratação de trabalhadores não residentes devem constar

o salário e as outras condições laborais essenciais que o empregador se propõe

oferecer ao trabalhador. No entanto, o empregador e o trabalhador podem acordar

reduzir as respectivas condições de trabalho por escrito.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

5.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única)

1. Qual é a definição dos trabalhadores não residentes na "Lei da Contratação de

Trabalhadores Não Residentes"?

A. Pessoas convidadas a participar em eventos desportivos em Macau

B. Pessoas religiosas que vêm do estrangeiro para participar em intercâmbios

C. Pessoas que participam em espectáculos realizados em Macau e são remunerados

D. Pessoas sem direito de residência na RAEM que aqui sejam autorizadas a exercer

temporariamente uma actividade profissional ao abrigo de um contrato de trabalho

com um empregador

Resposta: D

2. O "Princípio da subsidariedade" é um princípio importante que deve ser seguido

na contratação de trabalhadores não residentes. O que significa?

A. A introdução de trabalhadores estrangeiros numa economia para contrabalançar o

fosso no mercado de trabalho devido ao envelhecimento da mão de obra

B. Suplementar a força de trabalho no mercado com o mesmo nível de custo e

produtividade quando não houver ou houver números insuficientes de trabalhadores

locais

C. Refere-se à remuneração de trabalhadores não residentes através do orçamento

governamental para complementar os pagamentos suplementares realizados pelos

trabalhadores

D. Refere-se ao reforço de uma indústria que emprega principalmente trabalhadores

não residentes com trabalhadores residentes

Resposta: B

3. Sem prejuízo das excepções previstas na alínea 3) do Artigo 4.º da "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes", durante quanto tempo não pode ser emitido uma nova autorização de permanência para um trabalhador cujo a autorização original tenha sido revogada ou caducada?

A. 3 meses

B. 4 meses

C. 5 meses

D. 6 meses

Resposta: D

4. A qual das seguintes pessoas é lhes vedada a contratação de um trabalhador doméstico não residente?

A. Trabalhadores especializados autorizados a trabalhar na RAEM

B. Os funcionários das representações oficiais do Governo Popular Central na Região Administrativa Especial de Macau

C. Estudantes não residentes na Região Administrativa de Macau titulares de autorização de permanência

D. Os representantes consulares na RAEM e equiparados

Resposta: C

5. Qual das seguintes categorias de trabalhadores não residentes não pode ser contratado mediante autorização não nominal?

A. Trabalhadores especializados

B. Trabalhadores domésticos

C. Trabalhadores não especializados

D. Funcionários de administração predial

Resposta: A

6. Qual das seguintes entidades tem o dever de pagar a taxa de contratação para

cada trabalhador não residente efectivamente contratado?

A. O próprio trabalhador

B. A agência de emprego que tenha procedido ao recrutamento do trabalhador não

residente

C. A entidade competente que emitiu a autorização de permanência para o

trabalhador não residente

D. O empregador

Resposta: D

7. Qual é a relação de regime subsidiário que existe entre a "Lei da Contratação de

Trabalhadores Não Residentes" e a "Lei das Relações de Trabalho"?

A. Não se aplica a "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes" ao regime

geral de relações de trabalho

B. A "Lei das Relações de Trabalho" não se aplica à ""Lei da Contratação de

Trabalhadores Não Residentes"

C. Na contratação de trabalhadores não residentes, deve-se aplicar os direitos dos

trabalhadores previstos na "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes" e

na "Lei das Relações de Trabalho"

D. As relações de trabalho estabelecidas com trabalhador não residente regem-se

subsidiariamente pelo regime geral das relações de trabalho, nomeadamente no que

respeita aos direitos, deveres e garantias

Resposta: D

8. A que forma está sujeito o contrato de trabalho celebrado com um trabalhador

não residente?

A. Forma escrita

B. Forma verbal

C. Forma escrita e notarizada

D. Pode ser celebrada verbalmente contudo o acordo deve ser comunicado à

Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

Resposta: A

9. Qual das seguintes opções corresponde a um item que não pode ser negociado

entre um empregador e um trabalhador?

A. Tarefas

B. Remuneração

C. Período e horário de trabalho normal

D. Dedução dos valores relativos à taxa de contratação da remuneração do

trabalhador não residente

Resposta: D

. .

10. Qual das seguintes opções sobre os prazos dos contratos de trabalho celebrados

com trabalhadores não residentes está correcta?

A. O contrato de trabalho celebrado com trabalhador não residente está sujeito a

termo certo e não se converte em contrato sem termo

B. O contrato de trabalho celebrado com trabalhador não residente está sujeito a

termo certo e pode ser convertido em contrato sem termo

C. Pode ser celebrado um contrato de trabalho com um trabalhador não residente

por termo incerto

D. O contrato de trabalho celebrado com trabalhador não residente está sujeito a

termo certo e pode ser convertido em contrato por termo incerto com o acordo

tácito do empregador se o trabalhador não residente continuar a prestar os serviços

após a cessação do mesmo

Resposta: A

11. Qual é a forma correcta para o pagamento da remuneração dos trabalhadores

não residentes prevista na "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes" e

na "Lei das Relações de Trabalho"?

A. Em numerário

B. Por cheque ou nota promissória

C. Por compensação financeira

D. Só pode ser feito por meio de depósito à ordem do trabalhador em instituição

bancária da Região Administrativa Especial de Macau

Resposta: D

12. Qual dos seguintes serviços é a entidade responsável pelo processamento dos

requerimentos de contratação de trabalhadores não residentes?

A. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais

B. A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

C. A Direcção dos Serviços dos Assuntos de Justiça

D. O Corpo de Polícia de Segurança Pública

Resposta: B

Quando as circunstâncias o justifiquem, que tipo de autorização de 13.

permanência, com um prazo de validade máximo de 45 dias, pode o Corpo de Polícia

de Segurança Pública emitir enquanto decorre a apreciação do requerimento de

autorização de permanência?

A. Autorização Especial de Permanência

B. Autorização Provisória de Permanência

C. Autorização de Viagem

D. Autorização de Permanência de Curto Prazo

Resposta: B

14. Em relação a qual das seguintes profissões está isenta o pagamento da taxa de

contratação para trabalhadores não residentes?

A. Trabalhadores da construção civil

B. Pessoal docente

C. Artistas de artes performativas

D. Trabalhadores domésticos

Resposta: D

15. Dentro de que prazo após a entrada em vigor de um contrato de trabalho

celebrado com um trabalhador não residente pode o trabalhador arguir a

anulabilidade do mesmo se neste não constar as menções obrigatórias previstas no

regime jurídico aplicável?

A. Dentro de um ano

B. Um ano e meio

C. Dentro de dois anos

D. Dois anos e meio

Resposta: A

16. Se um empregador providenciar alojamento a um trabalhador não residente,

qual é a área útil média mínima por pessoa que o local de alojamento deve ter?

A. 3,5 metros quadrados

B. 4,5 metros quadrados

C. 5 metros quadrados

D. 5,5 metros quadrados

Resposta: A

17. Qual dos seguintes serviços públicos é a entidade responsável pela emissão da

autorização de permanência para os trabalhadores não residentes?

A. A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

B. A Polícia Judiciária

C. O Corpo de Polícia de Segurança Pública

D. O Fundo de Segurança Social

Resposta: C

18. Se o direito ao alojamento de um trabalhador não residente for satisfeito em dinheiro, qual é o valor mínimo que deve ser pago mensalmente ao trabalhador?

A. MOP400

B. MOP500

C. MOP600

D. MOP700

Resposta: B

19. Qual dos seguintes documentos não precisa de ser apresentado juntamente com

os requerimentos de contratação de trabalhadores não residentes?

A. Fotocópia de documento de identificação do requerente

B. Fotocópia da licença concedida para a actividade exercida

C. Fotocópia de documento de identificação do trabalhador especializado a contratar

D. Certificado de Registo Criminal

Resposta: D

20. Qual dos seguintes documentos não precisa de ser apresentado juntamente com

os requerimentos de contratação de trabalhadores não residentes não

especializados?

A. Prova documental do grau académico do trabalhador não residente a contratar

B. Fotocópia de documento de identificação do requerente

C. Fotocópia da licença concedida para a actividade exercida

D. Impresso de modelo aprovado por despacho do Secretário para a Economia e

Finanças, devidamente preenchido

Resposta: A

21. Qual das seguintes frases sobre a transferência de um trabalhador não residente

do empregador original para outro empregador está incorrecta?

A. Qualquer trabalhador não residente pode ser transferido para outro empregador

B. É necessário obter o consentimento do trabalhador não residente

C. As funções a desempenhar para o trabalhador não residente devem ser

compatíveis com a categoria profissional sob a qual foi autorizado a trabalhar na

Região Administrativa Especial de Macau

D. Da transferência não pode resultar para o trabalhador não residente diminuição

dos seus direitos e regalias

Resposta: A

22. Nos termos da "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes", qual das

seguintes frases relativas à finalidade da constituição de fiança está correcta?

A. Servem como garantia do pagamento de bens por parte do empregador

B. Servem como garantia no caso de o empregador sofrer prejuízos operacionais

C. Servem como garantia das dívidas privadas do empregador quando este fica

constituído em mora pelo não pagamento da remuneração do trabalhador

D. Servem como garantia de todas as obrigações do empregador emergentes da

relação laboral

Resposta: D

23. Qual é a periodicidade dos pagamentos das taxas de contratação para trabalhadores não residentes devidas a partir da data de emissão do respectivo documento de identificação como trabalhador não residente?

A. Anual

B. Trimestral

C. Mensal

D. Pagamento único

Resposta: C

24. Nos termos da "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes", qual é a idade mínima para a contratação de um trabalhador não residente?

A. 15 anos de idade

B. 16 anos de idade

C. 17 anos de idade

D. 18 anos de idade

Resposta: D

25. Se o infractor da "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes" for uma pessoa colectiva, respondem os administradores ou quem por qualquer outra forma a represente pela infracção. De que forma de responsabilidade responde a pessoa colectiva pela multa aplicada?

A. Responsabilidade ilimitada

B. Responsabilidade solidária

C. Responsabilidade equitativa

D. Responsabilidade objectiva

Resposta: B

26. Quando, após tomadas as diligências, não seja possível a reposição efectiva do

número mínimo da contratação de trabalhadores locais no prazo estabelecido

legalmente, dentro de quantos dias deve o empregador solicitar a prorrogação do

prazo, mediante requerimento fundamentado, à Direcção dos Serviços para os

Assuntos Laborais?

A. Dentro de 5 dias

B. 10 dias

C. 15 dias

D. 30 dias

Resposta: A

27. Qual é a entidade responsável pela fiscalização do cumprimento do Regulamento

Administrativo n.º 13/2010 (Regulamentação das Condições ou Encargos a

Estabelecer na Autorização de Contratação de Trabalhadores Não Residentes)?

A. A Direcção dos Serviços de Finanças

B. A Direcção dos Serviços dos Assuntos de Justiça

C. O Instituto de Accao Social

D. A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

Resposta: D

28. Qual das seguintes opções não corresponde a uma das condições mínimas que os

alojamentos de trabalhadores não residentes devem ter no âmbito do direito ao

alojamento?

A. Os alojamentos devem dispor uma ventoinha em cada compartimento onde

existam camas

B. Os alojamentos devem dispor de uma cama individual por cada trabalhador

C. Os alojamentos devem dispor de armários para objectos pessoais, mesas para

refeições, cadeiras, armários de cozinha, frigoríficos e fogões em número e

capacidade adequados à quantidade de trabalhadores

D. Os alojamentos devem dispor de equipamento que permita o acesso à internet

pelos trabalhadores

Resposta: D

29. Nos termos do Despacho do Chefe do Executivo n.º 88/2010 (Fixa as condições

mínimas de higiene e habitabilidade que o local de alojamento de trabalhadores não

residentes deve satisfazer, bem como, no caso de pagamento em dinheiro, o

respectivo montante mínimo), qual é o número máximo de trabalhadores não

residentes que podem viver num alojamento que dispõe de uma única casa de banho

com chuveiro de água quente e fria e uma única máquina de lavar roupa?

A. Seis pessoas

B. Sete pessoas

C. Oito pessoas

D. Cinco pessoas

Repsosta: C

30. Um empregador com autorização de contratação de um trabalhador doméstico

não residente contratou um trabalhador não residente. Se o empregador pretender

agora substituir o trabalhador já contratado por um trabalhador doméstico do

Interior da China, pode o fazer?

A. Sim. As formalidades para a substituição do trabalhador doméstico não residente

devem ser realizadas junto do Corpo de Polícia de Segurança Pública

B. Sim. O trabalhador doméstico do Interior da China pode ser contratado depois de

caducar o contrato de trabalho com o trabalhador doméstico original

C. Não. É necessário primeiro apresentar um requerimento para a contratação do

trabalhador não doméstico do Interior da China junto da Direcção dos Serviços para

os Assuntos Laborais e aguardar a autorização

D. Não. Deve-se apresentar o requerimento e obter a autorização para a substituição

do trabalhador doméstico junto do Corpo de Polícia de Segurança Pública antes de se

efectuar a nova contratação

Reposta: C

31. Sobre qual dos seguintes serviços é aplicado uma taxa?

A. Requerimentos de autorização de contratação de trabalhadores não residentes

B. Pedidos para a emissão de segunda via de uma cópia da autorização de

contratação

C. Requerimentos de autorização de permanência para trabalhadores não residentes

D. Requerimentos para a emissão de segunda via de documentos de identificação

como trabalhador não residente

Resposta: D

32. Caso for necessário alterar as informações constantes na autorização de

contratação de trabalhadores não residentes, por exemplo em caso de relocalização

do empregador, ou a alteração do local de trabalho do trabalhador, dentro de

quantos dias deve o empregador notificar a Direcção dos Serviços para os Assuntos

Laborais por escrito?

A. 20 dias

**B.** 15 dias

C. 10 dias úteis

D. 15 dias úteis

Resposta: B

33. Quais dos seguintes itens não devem ser preenchidos na secção da

"remuneração-base mensal" a pagar aos trabalhadores não residentes no formulário

de autorização de contratação? 1) Remuneração do trabalho extraordinário; 2) O

acréscimo por prestação de trabalho noturno ou por turnos; 3) Subsídios e comissões

inerentes às funções desempenhadas; 4) Os valores pagos ao trabalhador não

residente para assegurar o seu direito a alojamento; 5) O 13.º mês de salário ou

outras prestações periódicas de natureza semelhante?

A. 1);2);3);5)

B. 2);3);4);5)

C. 1);2);3);4)

D. 1);2);4);5)

Resposta: D

34. Nos termos da "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes", após que prazo a contar da data da recepção da autorização de contratação de trabalhadores caduca o mesmo se o empregador não requerer qualquer autorização de permanência de trabalhador (vulgarmente conhecida como o *blue card*) junto do Corpo de Polícia de Segurança Pública?

A. 45 dias

B. 3 meses

C. 6 meses

D. 90 dias

Resposta: C

35. Em quais dos seguintes meses deve o empregdor pagar a taxa de contratação?

A. Janeiro, Maio e Setembro

B. Abril, Agosto e Dezembro

C. Janeiro, Abril, Julho e Outubro

D. Março, Junho, Setembro e Dezembro

Resposta: C

36. Se o prazo de uma autorização de contratação de trabalhadores domésticos for

de um ano e a clausula de renovação automática for aprovada, em que quais das

seguintes situações será recalculada o prazo da autorização de contratação? 1) Se for

emitido ao empregador uma autorização de contratação adicional; 2) Se a

autorização de contratação de um ano caducar; 3) Se a relação de trabalho entre o

empregador e o trabalhador doméstico não residente cessar; 4) Se o passaporte do

trabalhador doméstico não residente caducar?

A. 2);4)

B. 3);4)

C. 1);4)

D. 2);3)

Resposta: D

37. Qual dos seguintes documentos não precisam de ser entregues com os

requerimentos de contratação de trabalhadores não residentes especializados?

A. O formulário de Pedido de Contratação de Trabalhadores Não Residentes

Especializados

B. O formulário de pedido do Cargo e Salário dos Trabalhadores ao Serviço

C. A "Declaração do Fiador"

D. Não é necessário entregar qualquer dos documentos indicados acima

Resposta: C

38. Por quais das seguintes vias deve o empregador proceder, em caso de extravio do

recibo do requerimento de autorização de contratação, para obter os respectivos

resultados?

A. Requerer a emissão de segunda via do recibo junto da Direcção dos Serviços para

os Assuntos Laborais

B. Deve-se notificar a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, bem como

exibir o código QR enviado por este serviço por SMS para efeitos de confirmação da

identidade do requerente para obter os resultados

C. O requerente deve deslocar-se à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

com o seu documento de identificação. Os resultados serão facultados ao requerente

após verificação pelos funcionários deste serviço. Se os resultados forem levantados

por um terceiro, deve-se apresentar uma carta de autorização assinada pelo

requerente, assim como cópias do documento de identificação do requerente e da

pessoa autorizada por este a levantar os resultados

D. O requerente deve preencher e entregar uma declaração de extravio do recibo,

assim como uma cópia do seu documento de identificação

Resposta: C

39. Para que tipo de trabalhadores não residentes é necessário incluir as suas

informações pessoais nos requerimentos de contratação?

A. Trabalhadores não residentes especializados

B. Trabalhadores domésticos não residentes

C. Trabalhadores não residentes não especializados

D. Trabalhadores domésticos do interior da China

Resposta: A

40. Qual das seguintes opções corresponde aos documentos que devem ser

apresentados quando os resultados dos requerimentos de contratação de

trabalhadores forem obtidos por uma pessoa que não seja o próprio requerente?

A. Recibo e carta de autorização assinada pelo requerente

B. Recibo e documento de identificação da pessoa autorizada

C. Recibo e documento de identificação do requerente

D. Recibo e notificação enviada por SMS enviada pela Direcção dos Serviços para os

Assuntos Laborais a avisar o requerente para levantar os resultados dos

requerimentos

Resposta: B

41. Para qual das seguintes pessoas é permitida a renovação automática das

autorizações de contratações de trabalhadores domésticos não residentes?

A. Residentes permanentes da Região Administrativa Especial de Macau

B. Residentes não permanentes da Região Administrativa Especial de Macau

C. Trabalhadores não residentes especializados autorizados a trabalhar na Região

Administrativa Especial de Macau

D. Todas as pessoas indicacas acima

Resposta: A

42. As taxas de contratação constituem receita de qual dos seguintes serviços

públicos?

A. Da Direcção dos Serviços de Finanças

B. Da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

C. Do Corpo de Polícia de Segurança Pública

D. Do Fundo de Segurança Social

Resposta: D

43. Em quais dos seguintes locais podem os pedidos para a renovação do título de

identificação de Trabalhador não residente (também conhecido como o blue card)

para os trabalhadores domésticos não residentes ser atendidos? 1) Centro de

Serviços da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais situado no Centro

Golden Dragon; 2) Edifício dos Serviços de Migração do Corpo de Polícia de

Segurança Pública; 3) Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau;

4) Sede da DSAL no Edifício Advance Plaza?

A. 1);2)

B. 2)

C. 2);3)

D. 1);4)

Resposta: C

44. Se um empregador quiser que um trabalhador não residente preste os seus

serviços em várias localidades, quais dos seguintes requisitos devem ser atendidos

para a aprovação do respectivo pedido? 1) A designação do contribuinte fiscal

registado junto da Direcção dos Serviços de Finanças para cada um dos locais

indicadosdeve ser idêntico; 2) As designações de todos os locais de trabalho

indicados devem ser idênticos; 3) Devem ser realizados negócios de natureza

semelhante em todos os locais de trabalho indicados; 4) O número de contribuinte

registado no Fundo de Segurança Social deve ser idêntico em cada um dos locais

indicados; 5) Deve haver pelo menos um trabalhador não residente contratado a

trabalhar em cada um dos locais indicados?

A. 1);2);3);5)

B. 2);3);4);5)

C. 1);3);4);5)

D. 1);2);3);4)

Resposta: D

45. O Sr. A abre uma loja de vestuário e contrata duas trabalhadoras não residentes

para desempenharem funções de assistente de venda. Quanto é a taxa de

contratação fixada por cada trabalhador não residente efectivamente contratado em

patacas?

A. 100

B. 300

C. 200

D. 400

Resposta: C

46. Qual dos seguintes documentos contém o número da autorização de contratação

de trabalhadores não residentes?

A. O documento de identificação do empregador

B. O Título de identificação do trabalhador não residente

C. O passaporte do trabalhador não residente

D. Em nenhum dos documentos acima indicados

Resposta: D

47. Pode um gerente, director ou outro trabalhador com título semelhante

representar uma empresa na assinatura do formulário de requerimento para a

contratação de trabalhadores não residentes?

A. Qualquer trabalhador ou funcionário pode assinar o formulário em representação

da mesma desde que venha munido com o carimbo da empresa

B. Qualquer accionista da empresa pode assinar o formulário em representação da

empresa

C. Qualquer membro do órgão administrativo da empresa pode assinar o formulário

em representação da empresa

D. A assinatura aposta no formulário deve ser idêntica à que consta no Registo

Comercial da empresa, ou feito por uma pessoa devidamente autorizada a assinar o

formulário em representação da mesma

Resposta: D

48. Qual dos seguintes actos realizados por uma empresa devidamente autorizada e

possuidora de autorização de contratação de trabalhador não residente deve ser

comunicada à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais?

A. Alterações à designação ou morada da empresa

B. Alteração do contribuinte

C. Encerramento

D. Todos os actos indicados acima devem ser comunicados à Direcção dos Serviços

para os Assuntos Laborais

Resposta: D

49. Um restaurante chinesa pretende contratar alguns trabalhadores não residentes.

Que documentos devem ser apresentados juntamente com o requerimento? 1)

Declaração de início de actividade na Direcção dos Serviços de Finanças; 2) Prova de

pagamento de contribuições ao Fundo de Segurança Social; 3) Prova do Registo de

Oferta de Emprego na Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais; 4) Obter uma

licença emitida pelo Instituto para os Assuntos Municipais ou entregar o recibo do

pedido da licença?

A. 1);2);3);4)

B. 2);3);4)

C. 1);2);3)

D. 1);3);4)

Resposta: D

50. Em qual dos seguintes locais de serviço podem os requerimentos de contratação

de trabalhadores não residentes ser entregues?

A. Na Sede da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (Avenida do Dr.

Francisco Vieira Machado nos 221-279, Edifício Advance Plaza, Macau)

B. No Centro de Serviços da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais situado

no Centro Golden Dragon (Avenida Xian Xing Hai, n.º 105, Centro Golden Dragon, 3.º

andar, Macau)

C. No Centro de Serviços da RAEM (Rua Nova da Areia Preta, n.º 52, Macau)

D. Em todos os locais de serviço indicados acima

Resposta: D

51. Para qual das seguintes categorias de trabalhadores não residentes não é

necessário entregar o contrato de trabalho celebrado com o mesmo juntamente com

o requerimento de contratação de trabalhadores não residentes junto da Direcção

dos Serviços para os Assuntos Laborais?

A. Trabalhadores não residentes especializados

B. Trabalhadores domésticos não residentes

C. Trabalhadores residentes não especializados

D. Nenhuma das categorias de trabalhadores não residentes indicadas acima

Resposta: D

52. Se uma empresa titular de autorização de contratação de trabalhadores não

residentes já não necessitar de contratar, como deve proceder?

A. Não é necessário tomar qualquer medida

B. Deve apenas solicitar o cancelamento da autorização de permanência do

trabalhador não residente junto do Corpo de Polícia de Segurança Pública

C. Deve solicitar o cancelamento da autorização de contratação do trabalhador não

residente por escrito junto da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

D. Deve solicitar o cancelamento da autorização de contratação do trabalhador não

residente por escrito junto do Corpo de Polícia de Segurança Pública

Resposta: C

53. A Empresa A contratou 30 trabalhadores não residentes, a autorização de

contratação dos quais caduca no dia 31 de Outubro de 2018. A Empresa A tinha

tomado conhecimento no dia 31 de Agosto de 2018 que a autorização não iria ser

renovada e posteriormente interpôs um recurso hierárquico para o Secretário para a

Economia e Finanças. No dia 17 de Setembro, soube que a resposta ao recurso

manteve a decisão de não renovação da autorização e intentou um recurso

contencioso mas não obteve qualquer decisão do tribunal até 31 de Outubro. Até

que data é que os respectivos trabalhadores não residentes podem continuar a

trabalhar?

A. Até 31 de Agosto de 2018

B. Até ser proferida a decisão judicial

C. Até 17 de Setembro de 2018

D. Até 31 de Outubro de 2018

Resposta: D

54. A partir do dia 5 de Outubro de 2020, qual das seguintes frases sobre os

residentes estrangeiros da RAEM portadores do Título de Entrada para Fins de

Trabalho que ingressam a Região está correcta?

A. Os residentes estrangeiros que entram na RAEM não são considerados

trabalhadores não residentes, devendo celebrar um contrato de trabalho com um

empregador antes do estabelecimento de uma relação de trabalho

B. Depois do residente estrangeiro entrar na RAEM, é considerado um trabalhador

não residente e a relação de trabalho é estabelecida simultaneamente

C. O residente estrangeiro que entrar na RAEM mas que não seja ainda trabalhador

não residentes deve obter o Título de Identificação de Trabalhador Não Residente

antes da relação de trabalho poder ser estabelecida

D. Após o ingresso do residente estrangeiro na Região e obtenção do estatuto de

trabalhador não residente, é necessário celebrar um contrato de trabalho com o seu

empregador para estabelecer a relação de trabalho

Resposta: B

5.3 Perguntas de Escolha Múltipla (Respostas Múltiplas)

1. Para quais das seguintes categorias de trabalhadores não é necessário reentregar

o formulário das "Condições a oferecer aos trabalhadores não residentes" se a

remuneração de base mensal for alterada?

A. Trabalhadores não residentes especializados

B. Trabalhadores domésticos não residentes

C. Trabalhadores não residentes não especializados

D. O formulário deve ser entregue no caso de alteração da remuneração de qualquer

dos trabalhadores indicados acima

Resposta: AC

2. Quais das seguintes opções correspondem a direitos especiais dos trabalhadores

não residentes?

A. Direito a alojamento

B. Direito a uma alimentação condigna

C. Direito de apoios para a repatriação ao país ou região de origem do trabalhador

não residente após a cessação da relação de trabalho

D. Direito de escolher o meio de pagamento da remuneração

Respostas: AC

3. Quais das seguintes opções indicam condições ou encargos que podem ser

estabelecidos nas autorizações de contratação de trabalhadores não residentes?

A. Garantia do número mínimo da contratação de trabalhadores locais

B. Prestação de trabalho em local determinado

C. Organização de exames de saúde regulares para os trabalhadores

D. Constituição de fiança

Respostas: ABCD

4. Nos termos da "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes", quais são os

princípios que devem ser seguidos na contratação de trabalhadores não residentes?

A. Princípio da subsidiariedade

B. Princípio da eventualidade

C. Princípio da igualdade remuneratória

D. Princípio da autorização prévia

Respostas: ABCD

5. Quais das seguintes opções correspondem a categorias de trabalhadores não

residentes permitidas ao abrigo da "Lei da Contratação de Trabalhadores Não

Residentes"?

A. Trabalhadores não residentes especializados

B. Trabalhadores por conta própria não residentes

C. Trabalhadores domésticos não residentes

D. Trabalhadores não residentes não especializados

Respostas: ACD

6. Quais das seguintes pessoas podem ser autorizados a contratar trabalhadores não

residentes nos termos da "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes"?

A. Residentes da Região Administrativa Especial de Macau

B. Pessoas colectivas com sede ou estabelecimento na Região Administrativa Especial

de Macau

C. Não residentes que tenham estabelecimento comercial ou industrial na Região

Administrativa Especial de Macau

D. Trabalhadores não residentes não especializados que trabalham na Região

Administrativa Especial de Macau

Respostas: ABC

7. Por quais dos seguintes meios podem os trabalhadores não residentes ser

recrutados?

A. Directamente pelo empregador

B. Através de uma agência de emprego licenciada

C. Através de uma agência de emprego constituída irregularmente

D. Através de qualquer empresa ou sociedade

Respostas: AB

8. Quais dos seguintes factores devem ser tidos em conta relativamente às

autorizações de contratação de trabalhadores não residentes?

A. As necessidades do mercado de trabalho e dos diversos sectores da economia da

Região Administrativa Especial de Macau

B. A capacidade económica do empregador requerente para assegurar o

cumprimento das suas obrigações relativamente ao trabalhador

C. A aptidão física e a adequação da formação e experiência profissionais do

trabalhador ao posto de trabalho

D. Se a contratação de trabalhadores não residentes afecta a prioridade na

contratação e manutenção de trabalhadores locais

Respostas: ABCD

9. Em quais das seguintes situações serão invalidadas as autorizações de contratação

de trabalhadores não residentes?

A. Se, o prazo de seis meses contados da autorização de contratação, ou respectiva

renovação, nenhuma autorização de permanência de trabalhador for requerida à

entidade competente

B. Se, por questões de saúde, o trabalhador não residente ficar incapaz de prestar os

seus serviços por mais de três meses

C. Se, uma vez iniciado, o procedimento para a concessão da autorização de

permanência a um trabalhador, ou sua renovação, estiver parado por mais de três

meses por causa imputável ao interessado

D. Se o trabalhador contratado ao abrigo da autorização de contratação se ausentar

da Região Administrativa Especial de Macau por mais de três meses consecutivos

Respostas: ACD

10. Quais das seguintes opções correspondem a requisitos que precisam de ser

satisfeitos para o contrato celebrado com um trabalhador não residente poder

produzir efeitos?

A. Acordo verbal entre o empregador e o trabalhador

B. Concessão da autorização de permanência na qualidade de trabalhador ao não

residente

C. Emissão da autorização de contratação pelo serviço competente

D. Emissão do comprovativo de recrutamento lícito emitido por uma agência de

emprego

Respostas: BC

11. Quais dos seguintes actos correspondem a infracções administrativas nos termos

da "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes"?

A. Aceitação da prestação de trabalho por trabalhador não residente sem autorização

de contratação válida

B. Contratação de um trabalhador diferente daquele que foi objecto da autorização

nominal de contratação

C. Contratação de um trabalhador não residente a quem tenha sido concedida

autorização de permanência na RAEM para trabalhar para outro empregador

D. Utilização do trabalhador não residente em local diferente do expressamente

autorizado, ainda que se trate de outro estabelecimento pertencente ao mesmo

empregador

Respostas: ABCD

12. Quais das seguintes informações pode a Direcção dos Serviços para os Assuntos

Laborais solicitar para efeitos de apreciação dos requerimentos de contratação de

trabalhadores não residentes?

A. Comprovativo da situação financeira do requerente

B. Informações complementares consideradas adequadas

C. Informações e pareceres a outras entidades públicas

D. Informações sobre o estabelecimento do empregador requerente

Respostas: ABCD

13. Quais dos seguintes documentos devem ser entregues ao Corpo de Polícia de

Segurança Pública juntamente com o requerimento de autorização de permanência

na qualidade de trabalhador?

A. Fotocópia do despacho de autorização de contratação

B. Fotocópia do passaporte ou outro documento de viagem do não residente

C. Quatro fotografias recentes de tamanho de passaporte a cores com fundo branco

onde estejam claramente visíveis o rosto do trabalhador não residente com a cabeça

descoberta

D. Bilhete de voo para Macau

Resposta: ABC

14. Após a recolha das impressões digitais dos não residentes autorizados a

permanecer na Região Administrativa Especial de Macau, quais das seguintes

informações devem constar no Título de Identificação de Trabalhador Não Residente

emitido?

A. Informações sobre a identidade do trabalhador

B. Período da permanência

C. Local de origem do trabalhador

D. Informações sobre a identidade da entidade empregadora

Respostas: AD

15. Se o trabalhador não residente residir no local de trabalho, que comodidades

deve o empregador assegurar-lhe?

A. Uma cama

B. Um armário

C. Acesso à internet

D. Protecção da sua privacidade

Respostas: ABD

16. Quais dos seguintes direitos, deveres e garantias aplicam-se igualmente aos

trabalhadores residentes e aos trabalhadores não residents?

A. Direito a férias anuais

B. Direito à licença de maternidade

C. Protecção conferida ao abrigo do regime de segurança social

D. Cumprimento dos deveres por parte dos empregadores

Respostas: ABD

17. Quais dos seguintes itens encontram-se regulados no Regulamento

Administrativo n.º 8/2010 — "Regulamentação da Lei da contratação de

trabalhadores não residentes"?

A. Emissão das autorizações de contratação para trabalhadores não residentes

B. Emissões das autorizações de permanência de trabalhadores não residentes

C. Pagamento da taxa de contratação para trabalhadores não residentes

D. Finalidades da cobrança da taxa de contratação

Respostas: ABCD

18. Que tipos de trabalho estão vedadas aos trabalhadores residentes, nos termos da

"Lei da contratação de trabalhadores não residentes"?

A. Prestação de trabalho a empregadores sem autorização de contratação

B. Prestação de trabalho em locais diferentes dos expressamente autorizados

C. Prestação de trabalho em actividade profissional alheia à autorizada.

D. Operação de actividades comerciais por conta própria

Respostas: ABCD

19. Por quais dos seguintes meios podem os empregadores solicitar informações

sobre os procedimentos de contratação de trabalhadores não residentes?

A. Através da linha aberta da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

B. Através da página electrónica da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

C. Pessoalmente na Sede da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

D. Através do Portal do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

Respostas: ABCD

- 20. Quais das seguintes categorias de trabalhadores precisam de obter o "Título de Entrada para Fins de Trabalho" após o dia 5 de Outubro de 2020?
- A. Trabalhadores não residentes de todas as categorias
- B: Trabalhadores não residentes especializados
- C. Trabalhadores não residentes não especializados
- D. Trabalhadores domésticos não residentes

Respostas: CD

Pacote de Perguntas do Exame de Avaliação para

Orientadores no Serviço de Emprego

Unidade 6: Lei da Protecção dos Dados Pessoais e Regulamentos

**Afins** 

6.1 Verdadeiro ou Falso

1. O envio de um formulário para a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

para efeitos de requerimento para a contratação de um trabalhador não residente

não é considerado uma forma de tratamento de dados pessoais.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

2. Agências de emprego podem transferir os dados pessoais dos seus utentes a

empresas imobiliárias para efeitos de publicidade de apartamentos para

arrendamento.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

3. Se uma agência de empresa descobrir erros nos dados pessoais de um candidato,

não necessita de efectuar as devidas alterações.

Verdadeiro

Falso

Resposta: Falso

4. Se o Sr. B, trabalhador de uma agência de emprego, quiser contratar um

trabalhador doméstico não residente, pode pesquisar os dados pessoais do

trabalhador doméstico que pretende contratar sem a autorização do empregador.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

5. Agências de emprego não podem negar aos candidatos o acesso aos seus dados

pessoais.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

6.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única)

1. Qual das seguintes opções não corresponde a uma finalidade considerada legítima

para o tratamento de dados pessoais?

A. Cumprimento de obrigações legais

B. Renovação atempada da autorização de contratação

C. Consentimento expresso do titular dos dados

D. A prossecução de interesses legítimos da agência de emprego responsável pelo

tratamento de dados tem prioridade

Resposta: B

2. Nos termos da "Lei da Protecção dos Dados Pessoais", qual das seguintes frases

sobre o direito de oposição está correcta?

A. O titular dos dados pode opor-se a qualquer altura

B. O titular dos dados não se pode opor ao recebimento informações publicitárias

sobre os serviços de uma agência de emprego

C. O titular dos dados deve pagar uma taxa antes de poder se opor ao recebimento

de informações publicitárias sobre os serviços de uma agência de emprego

D. O titular dos dados pode se opor, gratuitamente, ao recebimento de informações

publicitárias sobre os serviços de uma agência de emprego

Resposta: D

3. Qual das seguintes frases sobre a recolha dos dados pessoais dos utentes por uma

agência de emprego está errada?

A. Deve-se comunicar as finalidades do tratamento

B. Deve-se comunicar os dados pessoais que possam vir a ser transferidos a outras

entidades

C. Deve-se comunicar os meios de acesso aos dados pessoais submetidos

D. Deve-se comunicar os dados pessoais que não podem ser alterados assim que

submetidos

Resposta: D

4. Se uma agência de emprego precisar de transferir os dados pessoais de um utente

para uma entidade situada num local fora da Região Administrativa Especial de

Macau, como deve proceder?

A. Deve informar ou requerer a autorização da Direcção dos Serviços da Protecção de

**Dados Pessoais** 

B. Deve informar ou requerer a autorização da Direcção dos Serviços para os

**Assuntos Laborais** 

C. Deve informar ou requerer a autorização do Corpo de Polícia de Segurança Pública

D. A agência de emprego pode efectuar a transferia de dados do meio que considerar

adequado

Resposta: A

5. De qual dos seguintes serviços é necessário obter a autorização caso for necessário

realizar a interconexão de dados pessoais de utentes com outras empresas?

A. Da Direcção dos Serviços da Protecção de Dados Pessoais

B. Da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

C. Do Corpo de Polícia de Segurança Pública

D. Não é necessário obter qualquer autorização

Resposta: A

6. Qual é a consequência da violação dos termos da "Lei da Protecção de Dados

Pessoais" por uma agência de emprego?

A. Constitui infracção administrativa ou crime

B. Constitui o dever de prestação de um pedido de desculpas público

C. Cancelamento da licença da agência de emprego

D. Suspensão da licença de agência de emprego

Resposta: A

7. Qual das seguintes opções não corresponde a uma das condições de legitimidade

para o tratamento de dados sensíveis?

A. Pagamento de uma comissão ao titular dos dados

B. Disposições legais que autorize o tratamento destes dados

C. Consentimento expresso do titular dos dados

D. Autorização da autoridade pública

Resposta: A

6.3 Perguntas de Escolha Múltipla (Respostas Múltiplas)

1. A "Lei da Protecção dos Dados Pessoais" aplica-se sobre quais dos seguintes

materiais?

A. Sistemas informáticos utilizados por agências de emprego para processar os dados

pessoais dos seus clientes

B. Dados pessoais de cadidatos registados por agências de emprego em ficheiros

manuais

C. Números de telefone dos amigos dos trabalhadores de uma agência de emprego

gravados nos seus telemóveis

D. Os números de telefone gravados de clientes em computadores por trabalhadores

de uma agência de emprego para efeitos de prestação de serviços

Respostas: ABD

2. Quais dos seguintes itens são considerados dados pessoais?

A. Currículos profissionais dos candidatos

B. Documentos de identificação dos candidatos

C. Gravações visuais e de som das entrevistas com os candidatos

D. Relatórios médicos de trabalhadores não residentes

Resposta: ABCD

3. Quais dos seguintes itens são considerados dados sensíveis?
A. Convicções religiosas
B. Convicções políticas
C. Informações sobre a origem racial
D. Estado civil
Resposta: AB
4. Quais das seguintes opções correspondem a direitos dos titulares dos dados?
A. Direito de informação
B. Direito a acesso
C. Direito de rectificação
D. Direito de oposição
Respostas: ABC
5. Quais dos seguintes itens recaem no âmbito do direito de informação?
A. A identidade da entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais
B. As finalidades do tratamento
C. O período de conservação dos dados
D. Os destinatários dos dados
Respostas: AB

6. Quais das seguintes frases sobre o direito de acesso previsto na "Lei da Protecção

de Dados Pessoais" estão correctos?

A. O titular dos dados tem o direito de saber das finalidades do tratamento dos

dados

B. O titular dos dados tem o direito a aceder ficheiros específicos que contêm dados

C. O titular dos dados tem o direito de saber os destinatários a quem são

comunicados os dados

D. O titular dos dados tem o direito de ser informado da origem dos dados

Resposta: ACD

7. Nos termos da "Lei da Protecção dos Dados Pessoais", quais das seguintes

entidades pode exercer o direito de acesso a título excepcional?

A. A Direcção dos Serviços da Protecção de Dados Pessoais

B. Autoridades competentes

C. Pessoal médico escolhido pelo titular dos dados

D. Amigos ou familiares do titular dos dados

Respostas: ABC

8. Que pedidos podem os utentes dos serviços das agências de emprego fazer em

relação ao tratamento dos seus dados pessoais?

A. Acesso aos dados

B. Rectificação dos dados

C. Oposição à transferência dos dados

D. Oposição à exibição pública dos dados

Respostas: ABCD

Unidade 7: Leis e Regulamentos sobre o Combate e Repressão

do Crime de Tráfico de Pessoas

7.1 Verdadeiro ou Falso

1. A pena de morte é a pena mais severa pelo crime de tráfico de pessoas.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Falso

2. Qualquer grupo ou órganização que, em seu nome ou no seu interesse,

cometerem o crime de tráfico de pessoas serão respondem criminalmente por estes

actos, mesmo que constituídos irregularmente ou os que carecem de personalidade

jurídica (qualidade que lhes atribui os direitos e deveres estabelecidos por lei).

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

3. O crime de tráfico de pessoas define-se como a entrega, aliciamento,

recrutamento, transporte, alojamento, acolhimento e aceitamento de uma pessoa

por meios ilícitos para fins de exploração da mesma.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

4. Se um empregador dolosamente forçar uma pessoa (como por exemplo por meio de violência) a prestar trabalho, e recrutar e aceitar essa mesma pessoa através de ardil ou manobra fraudulenta, é considerado crime de tráfico de pessoas.

Verdadeiro.

Falso.

Resposta: Verdadeiro

7.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única)

1. Qual é o diploma legal vigente em Macau que regula o crime do tráfico de

pessoas?

A. O "Código Penal"

B. A "Lei Penal da república Popular da China"

C. A "Lei Básica de Macau"

D. Todos os diplomas indicados acima

Resposta: A

2. Qual das seguintes frases não corresponde a um dos factores de ilicitude que

constituem o crime de tráfico de pessoas previsto na lei?

A. Quando o acto é praticado para fins de exploração sexual da pessoa

B. Quando o acto é praticado para assistir a pessoa a entrar ilegalmente na Região

Administrativa Especial de Macau

C. Quando o acto é praticado para fins de exploração do trabalho ou serviços da

pessoa

D. Quando o acto é praticado para a extracção de órgãos ou tecidos de origem

humana

Resposta: B

3. Nos termos das provisões legais sobre o crime de tráfico de pessoas, qual das

seguintes opções corresponde a um meio ilícito para o recrutamento de

trabalhadores?

A. Por meio de violência

B. Por meio de manobra fraudulente

C. Por meio de ameaças graves

D. Por qualquer dos meios indicados acima

Resposta: D

4. Qual é a pena máxima para o crime de tráfico de pessoas se a vítima for menor de

14 anos?

A. Pena de prisão de 12 anos

B. Pena de prisão de 15 anos

C. Pena de prisão de 20 anos

D. Pena de prisão de 30 anos

Resposta: C

5. Qual é a pena máxima para o crime de tráfico de pessoas se a vítima for maior de

idade?

A. Pena de prisão de 12 anos

B. Pena de prisão de 15 anos

C. Pena de prisão de 20 anos

D. Pena de prisão de 30 anos

Resposta: A

6. Que forma de apoio é dado às vítimas do crime de tráfico de pessoas na Região

Administrativa Especial de Macau?

A. Económico

B. Médico

C. Jurídico

D. Todas as formas de apoio indicadas acima

Resposta: D

7. Se outra pena mais grave não for imposta por força de outra disposição legal, qual

é a pena máxima aplicada a quem retiver, ocultar, danificar ou destruir os

documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima do crime de tráfico de

pessoas?

A. Pena de prisão de 5 anos

B. Pena de prisão de 10 anos

C. Pena de prisão de 12 anos

D. Pena de prisão de 15 anos

Resposta: A

8. Qual das seguintes opções é considerado um indício do crime de tráfico de

pessoas?

A. Trabalho forçado por meio de violência física ou sexual

B. Retenção do passaporte ou documento de identificação de um trabalhador para o

impedir de sair do local de trabalho ou de comprovar a sua identidade

C. Servidão por dívidas

D. Todos os indícios referidos acima

Resposta: D

9. Se outra pena mais grave não for imposta por força de outra disposição legal, qual

é a pena máxima aplicada a quem, tendo conhecimento da prática do crime de

tráfico de pessoas, continuar a explorar a pessoa?

A. Pena de prisão de 5 anos

B. Pena de prisão de 10 anos

C. Pena de prisão de 12 anos

D. Pena de prisão de 15 anos

Resposta: A

10. Um indivíduo vietnamita não residente é aliciado por uma organização ilegal e

forçado a prestar trabalho em Macau. Esta situação acaba por ser desvendada pela

polícia e é concedida à vítima todas as protecções permitidas por lei. Qual das

seguintes opções não corresponde a uma forma de apoio que pode ser dada à

vítima?

A. Comunicação da respectiva situação da vítima à representação consular

vietnamita

B. Disponibilização de um interprete durante o processo judicial

C. Prestação de todo o apoio psiquiátrico, médico, social, económico e jurídico

necessário e adequado

D. Permitir a permanência da vítima na Região Administrativa de Macau por período

indeterminado

Resposta: D

- 11. Qual é o grau de agravação das penas máxima e mínima aplicadas ao crime de tráfico de pessoas se a vítima for menor de 14 anos ou o agente actuar como modo de vida ou com intenção lucrativa?
- A. De metade
- B. De um terço
- C. De um quarto
- D. De um quinto

Resposta: B

7.3 Perguntas de Escolha Múltipla (Respostas Múltiplas)

1. A quais das seguintes entidades podem as vítimas de trabalho forçado solicitar

apoio?

A. À Associação Geral das Mulheres de Macau

B. Ao Corpo de Polícia de Segurança Pública

C. Ao Instituto de Acção Social

D. À Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

Respostas: ABCD

2. Os Srs. A, B, C e D querem angariar mulheres para trabalharem como prostitutas.

Para este fim, decidem recrutar 5 mulheres jovens do Interior da China, advertindo

um salário elevado artificial para as forçar a trabalhar como prostitutas com a

intenção de ganhar lucro a partir destas actividades. Dividem as tarefas da seguinte

maneira, O Sr. A é responsável pelo recrutamento, o Sr. B é responsável pelo

transporte das mulheres para Macau, O Sr. C é responsável pela aceitação delas e o Sr.

D é responsável pelo seu alojamento. Sobre quais das pessoas referidas neste caso

recai a responsabilidade penal pelo crime de tráfico de pessoas?

A. A

B. B

C. C

D. D

Respostas: ABCD

3. Quais das seguintes opções indicam serviços públicos e organizações não

governamentais que prestam apoio e protecção às vítimas do crime do tráfico de

pessoas?

A. O Instituto de Acção Social

B. Os Serviço de Saúde

C. As Irmãs da Caridade do Bom Pastor

D. A Associação Geral das Mulheres de Macau

Respostas: ABCD

4. Quais dos seguintes direitos têm as vítimas do crime do tráfico humano?

A. Direito à não abertura do processo judicial ao público

B. Direito à participação judicial por danos civis

C. Direito a apoio jurídico

D. Direito a obter indemnizações pelos danos e perdas sofridos

Resposta: BCD

5. Em quais das seguintes situações devem as autoridades judiciais e agências

policiais assegurar que as vítimas do crime de tráfico de pessoas estão a receber

protecção policial?

A. Quando está em risco a vida da vítima

B. Quando está em risco a liberdade da vítima

C. Quando estão em risco os direitos de trabalho da vítima

D. Quando está em risco a integridade física da vítima

Resposta: ABD

Unidade 8: Regime jurídico do controlo de migração e das

autorizações de permanência e residência na Região

Administrativa Especial de Macau

8.1 Perguntas de Escolha Múltipla (Resposta Única)

1. Quais dos indivíduos seguintes devem indicar ao CPSP os endereços de contacto

na RAEM e da sua residência habitual?

A. Os titulares de autorização especial de permanência de duração superior a 90

dias

B. Os titulares de autorização especial de permanência de duração superior a 30

dias

C. Os funcionários de representações oficiais do Governo Popular Central da China

D. Os funcionários de empresas públicas e de capitais públicos da República Popular

da China

Resposta: A

2. Após a alteração dos endereços de contacto e da sua residência habitual de Macau,

dentro de quantos dias o trabalhador não residente deve efectuar a comunicação ao

Corpo de Polícia de Segurança Pública?

A. No prazo de 15 dias após a alteração

B. No prazo de 30 dias após a alteração

C. No prazo de 40 dias após a alteração

D. No prazo de 45 dias após a alteração

Resposta: D

3. Se, após a alteração dos endereços de contacto e da sua residência habitual de Macau, o trabalhador não residente não efectuar a comunicação ao Corpo de Polícia de Segurança Pública dentro do prazo, qual é o montante da multa a aplicar?

A. 15 000 patacas

B. 5 000 patacas

C. 3 000 a 9 000 patacas

D. 2 000 a 6 000 patacas

Resposta: D

4. Dentro de quantos dias, após o nascimento do seu filho em Macau, o não residente deve fazer prova, junto do Corpo de Polícia de Segurança Pública, do documento de viagem obtido pelo filho?

A. 10 dias

B. 50 dias

C. 90 dias

D. 100 dias

Resposta: C

5. Se o progenitor não residente detentor do poder paternal ou da tutela de menor

não emancipado que foi encontrado em situação de imigração ilegal, e cuja situação

seja da culpa do progenitor, quais são as responsabilidades?

A. Multa de 3 000 patacas

B. Multa de 9 000 patacas

C. São aplicados, em substituição da multa, a medida de revogação de autorização de

permanência e o impedimento de requerer autorização de residência ou autorização

especial de permanência pelo prazo de um ano

D. São aplicados, em substituição da multa, a medida de revogação de autorização de

permanência e o impedimento de requerer autorização de residência ou autorização

especial de permanência pelo prazo de dois anos

Resposta: D

6. Qual é o montante da multa a aplicar para quem entrar ou sair da RAEM sem

passar pelos postos de migração, ou subtrair-se ao controlo do CPSP, apesar de ter

passado pelos postos de migração?

A. Multa de 1 000 patacas

B. Multa de 3 000 patacas

C. Multa de 5 000 a 10 000 patacas

D. Multa de 5 000 a 15 000 patacas

Resposta: D

7. No excesso de permanência na RAEM, qual é o montante da multa a aplicar por

cada dia completo, ou fracção, que exceda o prazo de autorização?

A. Multa de 1 000 patacas

B. Multa de 3 000 patacas

C. Multa de 500 a 800 patacas

D. Multa de 5 000 a 10 000 patacas

Resposta: C

8. No excesso de permanência na RAEM, a multa deve ser paga dentro de quantos

dias a contar da data da notificação?

A. No prazo de 10 dias seguidos

B. No prazo de 10 dias úteis

C. No prazo de 8 dias seguidos

D. No prazo de 15 dias úteis

Resposta: B

9. Por quantos meses o residente fica impedido de entrar na RAEM, se a sua

autorização de permanência for revogada por ocorrência ou conhecimento posterior

de facto susceptível de o levar à qualificação de pessoa não admissível?

A. Por um período de 1 mês

B. Por um período de 3 meses

C. Por um período de 6 meses

D. Por um período de 9 meses

Resposta: B

10. Qual das seguintes frases sobre a imigração ilegal está errada?

A. É ilegal a entrada na Região Administrativa Especial de Macau fora dos postos de

migração, ou através dos postos de migração, mas subtraindo-se ao controlo do CPSP

B. É ilegal a entrada na Região Administrativa Especial de Macau com o documento

de identificação de uma irmã gémea

C. O Sr. A entra na Região Administrativa Especial de Macau legalmente mas a sua

autorização de permanência é revogada devido ao consumo abusivo de álcool, sendo

ordenado a sair de Macau dentro de 3 dias. O Sr. A decide partir de Macau no quarto

dia, incorrendo assim em situação de imigração ilegal

D. O Sr. A é expulso por se encontrar em situação de imigração ilegal, estando

proibido de regressar à Região Administrativa Especial de Macau por um período de

um ano. No entanto, tendo decorrido apenas seis meses, decide regressar a Macau

com um documento de identificação caducado, incorrendo assim em situação de

imigração ilegal

Resposta: C

11. Qual das seguintes frases sobre a permanência não autorizada está correcta?

A. É considerada permanência não autorizada quando uma pessoa regressa à Região

Administrativa Especial de Macau durante o período de interdição de entrada após a

Expulsão

B. É considerada permanência não autorizada quando uma pessoa se aloja numa

pensão depois de entrar na Região Administrativa Especial de Macau e presta

trabalho com um documento de identificação falso após o termo da autorização de

permanência

C. É considerada permanência não autorizada quando uma pessoa tenta entrar na

Região Administrativa Especial de Macau com documentos falsificados

D. É considerada permanência não autorizada quando uma pessoa esconde-se no

porão de um navio para entrar na Região Administrativa Especial de Macau

Resposta: B

12. O Sr. A, residente de Macau descobre que o Sr. B, seu vizinho, está a permanecer

ilegalmente em Macau, ameaçando denunciá-lo às autoridades para obrigá-lo a

prestar trabalho ilegal e receber o seu salário. Para poder exercer um controlo ainda

maior sobre o Sr. B, cria um título de identificação falso para ele e proporciona-lhe

um quarto como alojamento. Qual dos seguintes crimes não foi cometido pelo Sr. A?

A. Auxílio

B. Acolhimento

C. Extorsão

D. Falsificação de documento

Resposta: A

13. O Sr. A faz o transporte ilegal de pessoas por via marítima para a Região Administrativa Especial de Macau, que crime constitui o seu acto?

A. Acolhimento

B. Auxílio

C. Permanência ilegal

D. Imigração ilegal

Resposta: B

14. O Sr. A encontra-se em situação de permanência ilegal e o seu filho proporcionou-lhe um camião para ele pernoitar, que crime constitui o acto do seu filho?

A. Acolhimento

B. Falsificação de documento

C. Auxílio

D. Permanência ilegal

Resposta: A

15. O Sr. A tem uma empresa de decoração e, para concluir o mais rápido possível a sua obra de empreitada, contratou três indivíduos que se encontravam em situação de permanência ilegal em Macau. Que crime constitui o acto do Sr. A?

A. Acolhimento

B. Auxílio

C. Contratação irregular

D. Falsificação de documento

Resposta: C

16. O Sr. A e a Sra. B mantêm uma relação conjugal falsa e estão suspeitos de terem prestado falsas declarações junto da autoridade administrativa para ajudar o Sr. A a obter a identidade de residente de Macau. Que crime cometeram?

- A. Contratação irregular
- B. Extorsão
- C. Permanência ilegal
- D. Falsa declaração de identidade

Resposta: D

8.2 Perguntas de Escolha Múltipla (Múltiplas Respostas)

1. Se um não residente se encontrar em situação de imigração ilegal por excesso de

permanência mais de 30 dias, sem que tenha motivo justificado, não imputável a si,

para além da expulsão, quais das seguintes consequências o não residente vai ter?

A. O impedimento de requerer autorização de residência ou autorização especial de

permanência pelo prazo de dois anos, contados a partir do termo do período de

interdição

B. Nos casos em que o infractor se tenha apresentado voluntariamente às

autoridades, a aplicação da medida de interdição de entrada na RAEM, por um ano,

no mínimo

C. O impedimento de requerer autorização de residência ou autorização especial de

permanência pelo prazo de um ano, contados a partir do termo do período de

interdição

D. Nos casos em que o infractor se tenha apresentado voluntariamente às

autoridades, a aplicação da medida de interdição de entrada na RAEM, por 6 meses,

no mínimo

Respostas: AB

2. O Sr. A falsificou bilhetes de identidade de residente de Macau e cartões de

segurança e saúde ocupacional e proporcionou-os a 20 trabalhadores ilegais para

que prestassem trabalho num estaleiro de obras, tendo também oferecido

alojamento. Que crimes constitui o acto do Sr. A?

A. Acolhimento

B. Permanência ilegal

C. Falsificação de documento

D. Extorsão

Respostas: AC

3. Em quais das seguintes situações a autorização de permanência do não residente

pode ser revogada?

A. Trabalhar na RAEM sem estar autorizado para tal

B. Exercer actividade em proveito próprio, na RAEM, sem as autorizações

administrativas que, no caso, forem legalmente exigíveis, ou incumprindo as

condições impostas por via da autorização

C. Cometer, reiteradamente, actos que violem as leis ou regulamentos,

nomeadamente prejudiciais para a saúde ou o bem-estar da população

D. Existir razões sérias para crer que praticaram actos tipificados como crimes

Respostas: ABCD

4. Quais dos seguintes tipos de autorização especial de permanência de não

residentes são concedidos?

A. Para prestação de serviço na RAEM por funcionários de representações oficiais do

Governo Popular Central e de empresas públicas e de capitais públicos, da República

Popular da China

B. Para exercício de actividade laboral ou actividade em proveito próprio

C. Para agrupamento familiar

D. Para frequência de estabelecimento de ensino

Respostas: ABCD